

Diagnóstico Participativo

Programa de Educação Ambiental

PEA-SP - Região 03

Relatório final de Diagnóstico Participativo do Litoral Sul



DEZEMBRO/2012

ÍNDICE GERAL

I – APRESENTAÇÃO	4
II – COMUNIDADES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.....	6
III – METODOLOGIA	16
III.1 –Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários	16
III.2 - Seleção de agentes locais	18
III.3 - Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento.....	19
III.4 - Definição das ferramentas de diagnóstico participativo	22
III.5 - Mobilização dos grupos sociais.....	24
III.6 - Reuniões de Diagnóstico Participativo.....	26
III.7 - Sistematização dos resultados e análises	28
IV - ANÁLISE REGIONAL.....	30
IV.1- Caracterização do Litoral Sul.....	30
IV.2- Organização social e política das comunidades.....	36
IV.3 -Cadeia produtiva da pesca artesanal.....	45
IV.4 - Gestão ambiental	51
IV.5 - Infraestrutura e políticas públicas correlatas	57
IV.6 - Aspectos socioeconômicos	63
V. ANÁLISE MUNICIPAL.....	70
V.1 – Iguape	71
V.2 – Ilha Comprida.....	72
V.3 - Cananeia	74
VI – SUBSÍDIOS E DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PEA-SP	76
VII – PROFISSIONAIS QUE CONDUZIRAM O PEA-SP - LITORAL SUL	81
VIII - BIBLIOGRAFIA	82
IX - RESPONSÁVEL TÉCNICO.....	90

QUADROS

Quadro I.1 - Setorização dos municípios que integram a área de influência dos empreendimentos da PETROBRAS na Bacia de Santos – região 3 (PEA-SP)	4
Quadro II-1 - Organização das comunidades em Núcleos.....	8
Quadro IV.1-1 - Informações demográficas entre os anos de 1990 e 2010 para os municípios do Litoral Sul de São Paulo	31
Quadro VI.1 - Temas socioambientais priorizados no Litoral Sul.....	77

Quadro VII-1 Perfil dos profissionais que conduziram do diagnóstico participativo do PEA-SP – Litoral sul.....	81
Quadro IX-1 - Responsável Técnico pelo projeto	90

FIGURAS

Figura II-1 - Localização das Comunidades Litoral Sul	9
Figura II-2 – Atividade caiçara de coleta de ostra em Itapanhoapima, Cananeia.....	13
Figura II-3 – Atividade caiçara de artesanato em taboa em Barra do Ribeira, Iguape	13
Figura III.2-1 – Desenvolvimento da dinâmica pontos na testa do curso de seleção de agentes locais.....	19
Figura III.2-2 – Atividade individual do curso de seleção de agentes locais.	19
Figura III.5-1 - Atividade de mobilização – fixação de cartazes na CEAGESP (Núcleo2) – Cananeia	26
Figura III.5-2 - Atividade de mobilização – distribuição de convite na comunidade Rocio - Iguape	26
Figura III.6-1 - Mapa da comunidade no Núcleo 1 – Iguape.....	28
Figura III.6-2 - Roda de conversa para levantamento de problemas, no Núcleo 3 - Cananeia	28
Figura IV.1-1 - Vista do rio Ribeira em Iguape	34
Figura IV.1-2- Vista do estuário em Cananeia	34
Figura IV.3-1 – Cerco fixo – arte de pesca típica na região estuarina em Cananeia.....	47
Figura IV.3-2 – Pesca da manjuba na região estuarina em Iguape.....	47
Figura IV.4-1- Barragem construída no canal do Valo Grande sem a colocação de comportas.....	52
Figura IV.5-1 - Local identificado pelos participantes onde ocorre o transbordo do lixo na comunidade de Rocio, em Iguape.	62
Figura IV.5-2 - Problema de poluição hídrica por falta de saneamento básico na comunidade Vitória em Ilha Comprida.	62
Figura V.3-1 - José Pereira – fandangueiro da comunidade de Ariri.....	74
Figura V.3-2 - Grupo Violas de Ouro – comunidades de São Paulo Bagre, Agrossolar e Acaraú.	74

ANEXOS

Anexo I Planejamento das atividades de mobilização
Anexo II Planejamento das reuniões do diagnóstico participativo
Anexo III Relatório do Município de Iguape
Anexo IV Relatório do Município de Ilha Comprida
Anexo V Relatório do Município de Cananeia
Anexo VI Matriz de Análise processual



*"Feliz aquele que transfere o que
sabe e aprende o que ensina" (Cora Coralina)*

I – APRESENTAÇÃO

Neste documento é apresentado o resultado do Diagnóstico Participativo (DP) do Programa de Educação Ambiental, desenvolvido na área de influência dos empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás na região 3 – São Paulo (PEA-SP) da Bacia de Santos, cujo processo de licenciamento é conduzido pela CGPEG/IBAMA.

O Diagnóstico Participativo foi realizado nos 16 municípios do litoral do Estado de São Paulo regionalizados em três setores como segue no **Quadro I.1**.

Quadro I.1 - Setorização dos municípios que integram a área de influência dos empreendimentos da PETROBRAS na Bacia de Santos – região 3 (PEA-SP)

Setor	Municípios integrantes
Norte	Ubatuba, Caraguatatuba São Sebastião e Ilhabela.
Centro	Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.
Sul	Ilha Comprida, Iguape e Cananeia.

Os resultados serão apresentados com base nesta regionalização por retratar realidades distintas, em diferentes estágios de desenvolvimento e crescimento socioeconômico apesar das semelhanças quanto à formação histórica dos territórios em questão. Este é o RELATÓRIO REGIONAL DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO. No entanto, destaca-se que o planejamento das atividades e as definições metodológicas do diagnóstico participativo foram compostos considerando todo o litoral de São Paulo, portanto a estrutura e por vezes o conteúdo dos capítulos I, II e III são semelhantes entre este e os relatórios do litoral norte e centro, e a partir da do item IV são tratadas a caracterização e especificidades de cada região.

Para se chegar aos resultados expostos foi adotado o conceito de diagnóstico participativo da Nota Técnica CGPEG/IBAMA n. 01/2010 página 2/37 o qual preconiza uma propositura pedagógica, coletiva e

participativa. Favorecendo a reflexão e a análise crítica por parte dos grupos envolvidos quanto à realidade que os cercam, sobretudo quanto à fragilidade das suas organizações sociais e de classe; os problemas e conflitos que impedem um melhor desenvolvimento de suas principais atividades produtivas, destacadamente a pesca, os impactos socioambientais e econômicos gerados pelos empreendimentos de petróleo e gás na região e pela presença de Unidades de Conservação que restringem ou proíbem o uso dos recursos naturais e de seus espaços associados.

O item II apresenta o processo de ocupação do território onde as comunidades estão inseridas, caracterizando seu modo de vida e tradicionalidade, bem como apresentando ao leitor as comunidades inseridas no diagnóstico participativo.

O item III descreve a metodologia utilizada em cada etapa de execução do trabalho, passando pela (i) Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários; (ii) Seleção de agentes locais; (iii) Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento; (iv) Definição das ferramentas de diagnóstico participativo; (v) Mobilização dos grupos sociais; (vi) Reuniões de Diagnóstico Participativo e, por fim, (vii) Sistematização dos resultados e análises. Neste item, além da apresentação das ferramentas e metodologia utilizadas é apresentada uma análise sobre os resultados obtidos na execução destas etapas à luz das metas previstas no Plano de Trabalho para diagnóstico participativo do PEA-SP e, quando conveniente, destacando as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho.

Os resultados obtidos estão apresentados em duas escalas de análise, sendo a primeira relativa à análise regional (item IV), onde serão abordadas as temáticas que envolvem as comunidades selecionadas para o diagnóstico e o processo de licenciamento de petróleo e gás que extrapolam os limites municipais. Neste item, após breve caracterização regional, são apresentados problemas, conflitos e potencialidades socioambientais que ocorrem em uma escala

regional envolvendo as temáticas de i) organização social e política das comunidades, principalmente, com relação às suas organizações de classes; ii) cadeia produtiva da pesca artesanal; iii) gestão ambiental do território; iv) infraestrutura e políticas públicas; e v) aspectos socioeconômicos.

O item V tem o objetivo de descrever de forma sucinta algumas especificidades de resultados encontrados em cada município e que não estão contidos na análise regional (IV), evidenciando também algumas limitações e dificuldades encontradas nesta escala de atuação. Vale lembrar que este item pretende destacar os principais conflitos encontrados no âmbito do município e relaciona-los com os problemas e as potencialidades levantadas pelos grupos diagnosticados. Detalhes e análises sobre todos os resultados obtidos nesta escala seguem em anexos relativos aos relatórios municipais.

Por fim, após as análises regional e municipal são apresentados os temas socioambientais regionais. Esse item abarca a síntese de todo o processo de diagnóstico participativo a partir do qual serão fornecidos subsídios para a definição dos sujeitos prioritários das ações educativas e dos projetos do PEA-SP - Litoral Sul.

II – COMUNIDADES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Durante a caracterização ambiental do DP para o PEA-SP foram identificadas 65 comunidades nos três municípios que compõem o litoral sul. Durante as mobilizações, em campo, observou-se que algumas comunidades contíguas apresentavam denominações distintas e que algumas comunidades não haviam sido identificadas na caracterização.

Assim, a partir dos critérios para a escolha das comunidades¹ presentes no plano de trabalho do DP aprovado pela CGPEG/DILIC/IBAMA,

¹ Os critérios do Plano de Trabalho são: a) entorno das instalações da UO-BS na região 3 (PEA-SP) com vulnerabilidade social alta; b) Comunidades tradicionais impactadas pelos empreendimentos de petróleo e gás da UO-BS na região 3 (PEA-SP) (sobretudo pescadores artesanais e quilombolas); c) Comunidades impactadas pelos empreendimentos de petróleo e gás da UO-BS na região 3 (PEA-SP) (sobretudo agricultores familiares e; d) Grupos

foram selecionadas, ao final, 74 comunidades, sendo seis comunidades locadas junto com outras por estarem muito próximas (**Figura II-1**). Destaca-se que preponderou o grau de dependência dos recursos naturais para a reprodução socioeconômica e cultural do grupo, o que torna essas comunidades mais suscetíveis aos impactos dos empreendimentos de petróleo e gás. Para o litoral sul foram considerados os pescadores artesanais e pequenos agricultores, que se autoidentificam como caiçaras, e os quilombolas.

Além do grande número de comunidades no litoral sul, as mesmas encontram-se dispersas ao longo das principais rotas pesqueiras (à margem do Valo Grande, rio Ribeira de Iguape e do Complexo Estuarino-lagunar de Iguape-Cananeia-Paranaguá); em rotas estabelecidas ao longo da praia na Barra do Ribeira (entorno da EE Jureia-Itatins); no interior da APA Estadual de Ilha Comprida e da APA Cananeia-Iguape-Peruíbe; na estrada rural do Jaíre, em Iguape (entorno EE Chauás); e estrada rural do Ariri, em Cananeia (entorno do Parque Estadual Lagamar de Cananeia). Dadas as características de similaridade na forma de produção, das atividades culturais ou do uso do espaço, as comunidades identificadas foram agrupadas em Núcleos de trabalho, conforme **Quadro II-1**. Essa divisão teve o objetivo de viabilizar a logística de acesso às reuniões pelos participantes, visto que a maioria das comunidades localiza-se na zona rural e em alguns lugares de difícil acesso.

sociais no entorno de unidades de conservação quer estejam também enquadrados em pelo menos um dos critérios elencados acima.

Quadro II-1 - Organização das comunidades em Núcleos

Município	Núcleo	Comunidades
Iguape	1	Canto do Morro, Porto do Ribeira, Vila Garcez, Guaricana e Beira do Valo
	2	Rocio, Sorocabinha, Sete Belo, Ilha Grande, Subaúma e Cerro Azul
	3	Morretes, Baicô, Momuna, Bocuí, Jipovura, Jairê, Cavalcanti, Volta Grande, Capuava do Momuna e Pinheirinho
	4	Enseada/Toca do Bugio, Icapara, Pontal do Icapara, Vila Nova, Praia do Leste e Prainha
	5	Barra do Ribeira, Costeira da Barra, Suamirim, Prelado/Capoava dos Lima
	6	Aldeia, Umbu, Costão dos Engenhos e Canário
Ilha Comprida	1	Ubatuba, Pedrinhas, Juruvaúva, Boqueirão Sul e Pontal de Trincheira
	2	Ponta da Praia, Araçá/Mar e Sol, Jardim Portugal/ Boqueirão Norte, Dois Mares/Claudia Mara, Vitória, Sabaúna, Portal Janaína, Brasília, Viaréggio/Vila Nova, Praia do Castelo.
Cananeia	1	São Paulo Bagre, Agrossolar, Piçarro e Aroeira
	2	Prainha, Estaleiro, Bom Bicho, Itapanhoapima, Retiro
	3	Porto Cubatão, Quilombo Mandira, Itapitangui, Taquari, Santa Maria e Sítio Boacica, Rio das Minas.
	4	Porto Cubatão, Acaraú, Carijó, Rocio, Centro, Retiro das Caravelas e Morro São João
	5	Airi e Varadouro

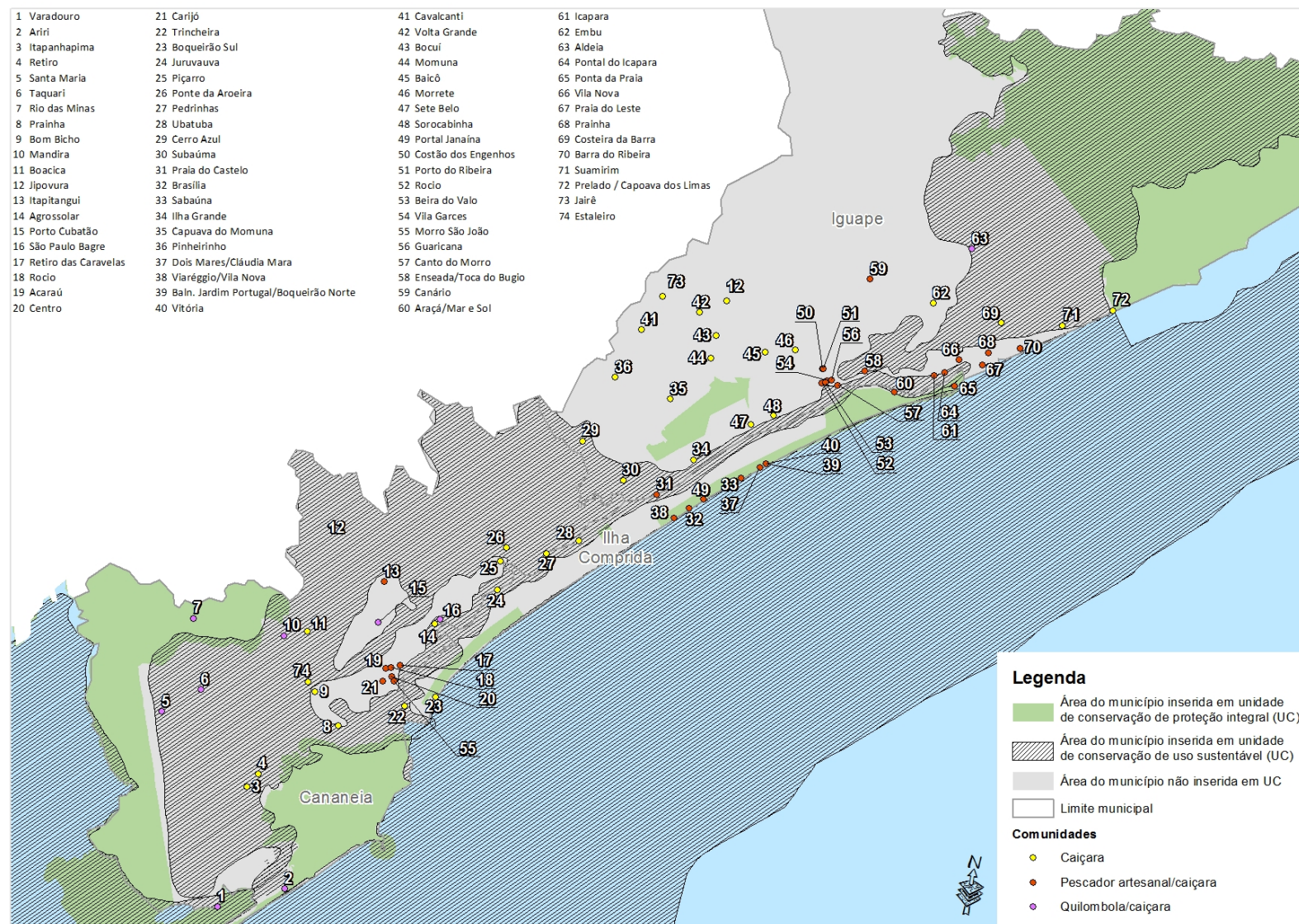


Figura II-1 - Localização das Comunidades Litoral Sul

Os grupos participantes, ainda que possam se identificar como caiçara ou quilombola, possuem semelhanças em razão do modelo sociocultural de adaptação ao meio, de ocupação dos espaços e de utilização dos recursos naturais fortemente influenciados pelas populações indígenas que marcam até os dias atuais as populações das regiões mais isoladas e interiorizadas do país e, conseqüentemente, do litoral. Esses grupos são conceituados e descritos por Diegues e Arruda (2001) que os agrupa na categoria de populações tradicionais não indígenas segundo seus traços culturais, modo de vida, relações de trabalho e inserção no mercado.

A maior parte dos participantes do DP se autoidentifica como caiçara. Os caiçaras são resultado da mistura entre branco e índio e em menor escala da mistura de brancos e negros. Em São Paulo, o modo de vida chamado caiçara por Darcy Ribeiro (1998) e Antonio Cândido (2001), vai se formando nos períodos de crise entre um ciclo econômico e outro, quando se instala “*uma economia natural de subsistência, dado que sua produção não podia ser comercializada senão em limites mínimos*” (RIBEIRO, 1998:383). É nesse momento histórico e econômico que se propaga a agricultura itinerante, a derrubada e queimada de áreas florestadas para o plantio das roças anuais e sua complementação com a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes.

No litoral sul o modo de vida tradicional caiçara se mostra mais presente que nas outras regiões do litoral paulista. Tal fato guarda relação com o processo de colonização – Cananeia e Iguape figuram entre as primeiras povoações do Brasil colônia, tendo sido a Vila de Cananeia fundada em 12 de agosto de 1531.

Na realidade, as primeiras ocupações humanas no litoral sul datam de cerca de seis mil anos e ocorreram nas áreas de restinga, contornando a região lagunar, que apresenta uma das maiores concentrações de *sambaquis* de todo o litoral. O *homem do sambaqui*, como ficou conhecido o habitante desta época, era basicamente coletor e pescador (SCATAMACCHIA, 2004). Este litoral

foi também área de fronteira entre dois grupos indígenas – os Carijós e os Tupiniquins. Todos esses fatos contribuíram para a constituição de uma cultura local, com seus falares específicos, dando nomes aos acidentes geográficos, à fauna, à flora e trazendo de longa data os instrumentos usados para a caça, para a produção de farinha de mandioca e para a pesca.

Posteriormente, os ciclos econômicos foram responsáveis por intercalar períodos de opulência e períodos de abandono da região, marcando seu isolamento, inclusive político, em relação aos centros mais dinâmicos da Colônia e, posteriormente, da República.

Favorecida pelo Porto de Iguape, a região esteve inserida em dois grandes ciclos econômicos: o do ouro (sec. XVII) e o do arroz (sec. XIX). O patrimônio arquitetônico de Cananeia e Iguape, composto por casarios, igrejas e vielas estreitas – tombados pelo CONDEPHAAT – testemunham a importância dos ciclos econômicos.

A decadência da monocultura do arroz no início do século XX provocou novo período de estagnação econômica e de isolamento da região, o que fortaleceu a identidade dos habitantes com o lugar. As famílias praticavam atividades de subsistência (agricultura, criação de pequenos animais e pesca). Relativamente autônomas, as comunidades teciam suas redes, faziam canoas, ranchos e cercos (SALDANHA, 2005).

A década de 50 trouxe significativas mudanças socioculturais. A agricultura, em sua fase capitalista, passou a ser realizada em terras de propriedade privada e com mão de obra assalariada. As terras – muitas sem titulação válida – são objetos de grilagem. A melhoria do acesso (abertura da BR 116 na década de 60) e a valorização do patrimônio arquitetônico e ambiental provocaram a chegada de grupos imobiliários, agravando os conflitos fundiários. (ÂNGELO & SAMPAIO, 1995)

A presença de fortes traços da cultura caiçara nas comunidades da região não implica dizer que não aconteceram mudanças no decorrer do tempo. Toda cultura se transforma conforme a realidade

e os desafios a ela impostos, elaborando estratégias de sobrevivência do grupo. (CUNHA, 2001; FURLAN, 2000).

As comunidades que incorporam técnicas e tecnologias modernas e novas atividades produtivas para a composição da renda não se descaracterizam, não perdem o que as diferencia das comunidades urbano-industriais. O modo como se dá a transformação e a apropriação da natureza guarda relação com a tradicionalidade; novos elementos são inseridos no repertório de determinada cultura, sendo *ressignificado* dentro da visão de mundo específica do grupo. O paradigma do *poder de sedução* da tecnologia, bem como o mito do *bom selvagem*, precisa ser desfeito para uma abordagem que contemple os benefícios das modernizações tecnológicas e na mesma medida o respeito ao saber do outro, do diferente, do rústico do indivíduo que pertence a uma cultura diferente da ocidentalizada, urbano-industrial e globalizada (NUNES, 2003).

Partindo dessa concepção, passa-se a classificar os grupos sociais de acordo com suas características tradicionais.

A maioria dos pescadores artesanais e agricultores dos municípios identificam-se como **caiçaras**. Isto vale mesmo para as comunidades que obtêm a renda majoritariamente de cultivos agrícolas, como as do Núcleo 3² de Iguape e do Núcleo 3³ de Cananeia.

Segundo autores como Diegues (1983) e Mourão (1971) o caiçara se caracterizava por ser “agricultor/pescador” e se encontra, hoje, reduzido em face da dificuldade de continuar a prática da agricultura itinerante, de queima, em vista das proibições ambientais e da criação das unidades de conservação da natureza, tendo sido comum a especialização na pesca.

“Essa categoria de população tradicional tem seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Embora sob alguns aspectos possa ser considerada uma

² Comunidades de Momuna, Bocuí, Jairê, Capuava do Momuna, Pinheirinho e Volta Grande.

³ Comunidades de Santa Maria, Taquari e Rio das Minas

categoria ocupacional, os pescadores, em particular aqueles chamados artesanais, têm modo de vida peculiar, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos. Apesar de grande número deles viverem em comunidades litorâneas não urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo dessa forma uma solidariedade baseada na atividade pesqueira.” (DIEGUES e ARRUDA, 2001:48,49)

Muitos dos participantes do DP falaram da herança caiçara, da tradição, do modo de vida, e alguns relataram que exercem algumas atividades mais tradicionais como o plantio da roça de mandioca e o fabrico da farinha, como na comunidade de Momuna e Bocuí, em Iguape, e Mandira, em Cananeia. As festas do catolicismo popular, como a Folia de Reis e a Festa do Divino Espírito Santo, são lembradas por todos. Muitas das comunidades realizam ou participam das festividades, como São Paulo Bagre e Mandira (Cananeia) e as do interior da EE Jureia-Itatins (Iguape). As atividades ligadas ao extrativismo vegetal são comuns na região e fazem parte do sistema de complementaridade econômica dos grupos. Todos reconhecem que hoje a renda advinda da pesca é insuficiente e parte dos pescadores necessita exercer atividades não vinculadas ao modo de vida tradicional para complementar a renda.



Figura II-2 – Atividade caiçara de coleta de ostra em Itapanhoapima, Cananeia



Figura II-3 – Atividade caiçara de artesanato em taboa em Barra do Ribeira, Iguape

Também estão presentes no setor os grupos dos negros que se autoidentificam como **quilombolas**, descendentes de escravos que

tiveram seus direitos à terra com a Constituição de 1988 e que *“vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões em que estão situados”* (DIEGUES e ARRUDA, 2001:49).

A autoidentificação é um dos critérios legais para o reconhecimento de determinada comunidade como quilombola. Além da legislação brasileira, o critério está presente na Convenção 169, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que estabelece a autoidentificação como fundamental para caracterizar os sujeitos de sua aplicação.

A inserção da denominação *quilombo* na Constituição de 1988 é resultado da luta política da população negra rural que sofrendo expropriações constantes se coloca como segmento específico dentre os movimentos sociais, agregando a identidade étnica à luta pelo direito à terra.

A necessidade de regulamentar o Artigo 68 da Constituição demandou a revisão dos conceitos clássicos relacionados à escravidão. Após debates técnicos e acadêmicos, houve *“a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo”* (SCHMITT et al., 2002). A existência de identidade social e étnica entre os membros de uma comunidade, associada à antiguidade de ocupação das terras e manutenção de modos de vida característicos do lugar, passam a ser critérios que, comprovados por estudos científicos – os laudos antropológicos – garantem o reconhecimento da comunidade como quilombola, garantindo seu acesso à terra.

“Assim, parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F. Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça

determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião.”
(SCHMITT et al., 2002:4).

O Vale do Ribeira conta com grande número de comunidades quilombolas⁴, testemunho da presença escrava na região. Em pesquisas no Arquivo do Estado de São Paulo, encontraram-se, nos maços de população de Iguape (Caixa 0062/Rolo73), alguns exemplos interessantes. Em 1815, um único produtor de arroz, o Capitão-Mor José Antônio Penedo, possuía 63 escravos. Outro, de nome Bartolomeu da Costa Almeida, possuía 54 (ITESP, 2006). Young *apud* ITESP (2006:350) relata que em 1825, levando-se em conta todo o município de Iguape, que englobava a freguesia de Xiririca e a região do entorno, incluindo praticamente todo o Baixo Ribeira, havia uma população de escravos de 1.183 pessoas, enquanto a população branca perfazia 2.791 pessoas, ou seja, o contingente escravo beirava os 30% da população total do município.

Foi possível observar ao longo do DP que os grupos guardam diversas semelhanças entre si, principalmente no que se refere às atividades econômicas e aos obstáculos para acesso ao crédito, à comercialização de seus produtos e ao mercado de trabalho para obtenção de melhores rendimentos. Falta extensão rural e pesca; há dificuldade para regularização da documentação necessária ao exercício da pesca e do extrativismo vegetal. Além de sofrerem restrições da legislação ambiental e das unidades de conservação sobre seu modo de vida, a organização formal é por vezes desestruturada.

Um dos vetores da ocupação do território na atualidade, o turismo, segundo Diegues (2007) e outros pesquisadores (DIEGUES, 1983; CALVENTE, 1999; LUCCHIARI, 1999; FURLAN, 2000) leva, na maioria das vezes, a uma desorganização do modo de vida tradicional pela *modernidade*, e em outras, a incorporação de novos valores da sociedade urbano-industrial dentro do repertório da cultura tradicional.

⁴ São 51 comunidades remanescentes de escravos, segundo Diegues (2007)

Ainda que a cultura caçara tenha sido sempre vítima de desvalorização, sobretudo a partir de uma leitura evolucionista que vê as chamadas culturas tradicionais como arcaicas e atrasadas na comparação com as culturas das sociedades urbano-industriais, mais recentemente,

“(...) existe uma tendência de apropriação da cultura pela atividade turística, justamente por esta refletir especificidades, um dos fatores que atraem um número expressivo de turistas para determinada localidade” (CALVENTE, 2012:12).

A apropriação do território – base da construção da identidade – pela atividade turística transforma o bem patrimonial em *objeto de consumo*. E é intrínseco a este processo o conflito entre a cultura vista e tida como *objeto de consumo* e como *memória social* (CALVENTE, op.cit.).

Luchiari (1999) atenta para o *inevitável convívio*, no mesmo território, entre os diversos atores sociais (indígenas, caçaras, negros, turistas, ambientalistas, empresários), suas respectivas sociabilidades e interesses. Convívio que é gerador de diversos conflitos socioambientais identificados até o período atual como será apresentado no decorrer deste relatório.

III – METODOLOGIA

Este item apresenta o conjunto de atividades realizadas ao longo do Diagnóstico Participativo que teve por objetivo definir os sujeitos prioritários para as ações educativas do PEA-SP no setor litorâneo sul. De modo geral o plano de trabalho delineou cinco etapas e nove metas, cujo detalhamento é apresentado a seguir em ordem cronológica e no **Anexo VI** está apresentada a matriz de análise processual.

III.1 –Caracterização socioambiental e levantamento de dados secundários

Para definir os grupos sociais que deveriam participar da etapa de Diagnóstico Participativo do PEA-SP, foi realizada uma etapa

preliminar com duas frentes de trabalho: o levantamento de dados secundários e a caracterização socioambiental.

O levantamento de dados secundários teve por objetivo subsidiar a caracterização ambiental fornecendo suporte para uma análise prévia sobre a realidade a ser encontrada em campo, sobre os municípios e grupos sociais.

A caracterização socioambiental⁵ foi realizada entre maio e julho de 2011 por duas equipes de trabalho nos três municípios do litoral sul de São Paulo. As atividades realizadas no período constituíram-se, essencialmente, de contatos com as instituições públicas ligadas à gestão territorial municipal (principalmente prefeitura e suas secretarias) para obtenção de informações sobre as comunidades e suas lideranças, entrevistas com as lideranças identificadas e visitas às comunidades.

Tal etapa objetivou identificar grupos sociais impactados pelos empreendimentos marítimos de petróleo e gás, que atendiam aos critérios de alta vulnerabilidade e também comunidades localizadas no entorno de unidades de conservação.

Considerando o Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA n. 123/10 que indica: “as ações de educação ambiental no licenciamento conduzido por esta Coordenação devem preservar a intencionalidade de mitigar impactos da atividade licenciada”, foram priorizados os grupos sociais que são potencialmente afetados pelos empreendimentos de petróleo e gás na área de abrangência do PEA-SP. Sendo assim, inicialmente das 65 comunidades identificadas no litoral sul, foram selecionadas 57 para as etapas subsequentes do DP, como já relatado no Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo aprovado pela CGPEG/IBAMA e ao longo da mobilização foram acrescidas mais 24 comunidades, portanto o DP foi realizado em 81 comunidades nos três municípios do Litoral Sul.

As principais dificuldades encontradas nessa etapa foram: i) administrar o tempo para o levantamento de campo em relação ao

⁵ A caracterização socioambiental elaborada foi apresentada à CGPEG/IBAMA como Anexo 02 do Plano de Trabalho aprovado.

número de comunidades a serem estudadas e posteriormente identificar e caracterizar os grupos; ii) a logística de acesso aos grupos sociais que se localizam em comunidades situadas em regiões afastadas, muitas delas com acesso somente por barco; e iii) a desconfiança e estranheza de parte de algumas pessoas contatadas ao saber que o PEA-SP é uma exigência do IBAMA – esse sentimento decorre do receio dos grupos sociais tradicionais pelo histórico de restrições, fiscalização e autuação a que são submetidos pelos órgãos ambientais.

III.2 - Seleção de agentes locais

Simultaneamente à elaboração do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do PEA-SP, foi realizado o processo de seleção dos agentes locais - profissionais encarregados da interlocução direta com os grupos sociais ao longo de todo o DP. No litoral sul o processo se deu pela divulgação das vagas (01 por município) e perfil necessário dos profissionais entre as instituições contatadas durante a Caracterização Socioambiental. Das 18 inscrições recebidas foram selecionados entre 03 a 06 candidatos de cada cidade. Todos os selecionados foram convidados a participar do “Curso de Formação e Seleção de Agentes Locais do PEA-SP”, realizado nos dias 23 e 24 de agosto de 2011, nas dependências do Núcleo da APA CIP – Área de Proteção Ambiental Cananeia-Iguape-Peruíbe, em Iguape.

O objetivo de se fazer um processo de seleção a partir de um curso de formação foi ampliar as possibilidades de observação dos candidatos e fornecer elementos aos candidatos para conhecer melhor a complexidade do processo de licenciamento, da educação ambiental e das ferramentas de trabalho. Os trabalhos foram conduzidos pela coordenadora geral e pela coordenadora de campo do litoral sul, com apoio técnico da equipe da WALM.

Durante o desenrolar do curso pode-se observar a integração e a participação de cada um dos candidatos, a assimilação do conteúdo

e a habilidade para desenvolver os trabalhos. Os temas no curso foram abordados em apresentações visuais, dinâmicas de grupo e rodas de conversa em pequenos grupos. Os candidatos puderam trocar experiência nas diferentes atividades desenvolvidas entre eles, conhecer as temáticas que envolvem o PEA no licenciamento de atividades de petróleo e gás e como se daria sua atuação no desenvolvimento das atividades, no caso de serem selecionados.



Figura III.2-1 – Desenvolvimento da dinâmica pontos na testa do curso de seleção de agentes locais



Figura III.2-2 – Atividade individual do curso de seleção de agentes locais

III.3 - Oficinas de nivelamento conceitual e planejamento

Ao longo do processo de diagnóstico participativo foram realizadas diversas oficinas para o nivelamento conceitual e metodológico de aspectos teóricos e práticos, bem como reuniões de planejamento e avaliação.

As oficinas de nivelamento conceitual geralmente incluíram toda a equipe WALM e PETROBRAS envolvida no DP do PEA-SP e ocorreram em momentos estratégicos do cronograma de execução do trabalho, os quais se destacam:

- (i) Antes da aprovação do plano de trabalho, para nortear a construção do Plano de Trabalho do Diagnóstico Participativo do PEA-SP, promover uma capacitação dos agentes locais responsáveis pela mobilização das comunidades e, ainda, definir as atividades e ferramentas, além do detalhamento da programação a ser seguida em cada reunião de levantamento de dados primários;

- (ii) No período entre o final de 2011 e início de 2012, quando havia finalizado o processo de DP em cerca de 40% das comunidades selecionadas, com o objetivo de discutir as especificidades de cada setor litorâneo e avaliar as etapas de mobilização e de reuniões de DP realizadas, destacando os resultados positivos e negativos de cada ferramenta empregada nestas etapas. A partir desse processo avaliativo foram realizadas algumas adaptações na execução do DP, entre as quais se destacam: (a) diminuição no número de reuniões, avaliando-se que três encontros seriam suficientes para atingir os objetivos propostos para o diagnóstico participativo; (b) mudança de nomenclatura da última reunião de DP haja visto que o nome “devolutiva”, conforme previsto no plano de trabalho, por vezes gerou expectativa nos participantes que achavam que a definição final dos projetos do PEA-SP seriam apresentados naquela reunião de “devolutiva”, quando a função da mesma era somente validar as informações levantadas durante o processo e priorizar os temas ambientais a serem propostos e (c) a incorporação da ferramenta “linha do tempo” para facilitar o levantamento de problemas e conflitos relacionado à cadeia de P&G. Ainda neste período iniciaram-se as discussões e orientações sobre a composição e apresentação dos relatórios municipais; e
- (iii) Após o término da coleta de dados em campo, para discussão e definição da composição e apresentação deste relatório de diagnóstico participativo.

Além das oficinas e reuniões realizadas entre a equipe WALM, PETROBRAS e consultores da PETROBRAS, ao longo do processo ocorreram também diversas reuniões de discussão, alinhamento e planejamento interno da equipe WALM. Essas reuniões ocorreram regularmente ao longo de todo o processo, geralmente envolvendo a coordenação geral com as coordenações de campo e equipe técnica de apoio dos três setores litorâneos. Em linhas gerais essas reuniões tiveram o objetivo planejar, avaliar e adequar a execução das

atividades do DP do PEA-SP. Dentro das atividades e produtos gerados nestas reuniões pode-se destacar a elaboração dos cronogramas de execução das atividades; o compartilhamento sobre as especificidades de cada setor litorâneo para, a partir disso, alinhar a execução das atividades; a proposição e adaptação das ferramentas de coletas de dados nas diferentes etapas do DP; o alinhamento da forma de apresentação e comprovação das atividades realizadas, entre outras tomadas de decisão que se apresentam consolidadas neste relatório.

Regularmente as equipes de campo de cada setor litorâneo realizaram, ainda, reuniões internas com objetivo de nivelamento conceitual e metodológico de aspectos teóricos e práticos do trabalho de campo e do processo de licenciamento em que o mesmo está envolvido. Dentre as atividades realizadas neste âmbito destacam-se a definição de agenda e atribuições de funções nas visitas às comunidades; atribuições de funções de relatoria, logística e execução das mobilizações e reuniões de DP; adaptações e alinhamento metodológico e conceitual com relação às tomadas de decisão em instâncias superiores, entre outros. Cabe destacar que, considerando que os agentes locais estiveram sempre na linha de frente, mantendo contato direto, contínuo e em contextos muitas vezes mais favoráveis ao diálogo com as comunidades, tais reuniões foram importantes momentos de troca de experiência, percepções e saberes, significando uma fundamental interlocução entre as diferentes escalas de atuação na construção deste diagnóstico participativo.

Destaca-se, neste sentido, que este conjunto de oficinas, reuniões e encontros para compartilhamento, alinhamento, avaliação e tomadas de decisão nas diferentes esferas de atuação do DP do PEA-SP foram essenciais para realização de ajustes na construção e execução do trabalho aqui apresentado.

III.4 - Definição das ferramentas de diagnóstico participativo

A metodologia que norteou as atividades do DP do PEA-SP e a escolha das ferramentas foi a “pesquisa-ação”. *“Linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva, que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação”* (THIOLLENT, 1996:7). Muito frequente nos processos investigativos das ciências sociais essa metodologia é cada vez mais utilizada nos projetos de intervenção socioambiental onde se busca *empoderar* os grupos, ou seja, dar ao grupo o protagonismo sobre sua vida, suas ações, a resolução de seus problemas. Suas principais características são:

- Diagnóstico situacional como ponto de partida para identificação, com *voz e vez* para os indivíduos/grupos envolvidos.
- A pesquisa-ação envolve uma ação educativa - tanto para o grupo quanto para os educadores, técnicos e pesquisadores.
- Valoriza o saber empírico, reconhece que todos os saberes contribuem com o processo como um todo.
- Não é um indivíduo isolado que somado a outros indivíduos forma um grupo ou uma sociedade. É um ser social, produtor de conhecimento que compartilha as suas práticas, em determinados contextos, para transformar a realidade a que pertence (THIOLLENT, 1996).

O uso dessa metodologia tem como resultado esperado a apropriação de conhecimentos para investigar a realidade: desvelando quais aspectos se quer manter e o que precisa ser mudado. Com isso, pressupõe o fortalecimento dos envolvidos para a transformação pessoal e coletiva, reverberando no espaço, território e/ou situação.

Com o objetivo de *empoderamento*, para o diagnóstico participativo foram selecionadas ferramentas pedagógicas que estimulam a participação dos envolvidos. Ferramentas essas que possibilitaram *dar voz* a todos os presentes. Os grupos apreciaram

esse método de trabalho que foi elogiado muitas vezes tanto verbalmente quanto nas avaliações escritas e em depoimentos colhidos ao final do processo.

Ainda com o intuito de resgatar e ressignificar as experiências vividas foram utilizados recursos metodológicos que trouxeram à tona a memória (mapa mental, linha do tempo, matriz de problemas). O uso da memória como recurso metodológico exerce um importante papel nos casos de conflito, pois possibilita o resgate, o reavivamento do passado da comunidade atualizado pelo momento presente.

Segundo Nunes (2003), as lembranças dinamizam as tradições, estimulam de forma positiva a autoestima do grupo e têm sido um instrumento metodológico utilizado em pesquisas com comunidades que sofreram impactos em sua vida comunitária, tais como a legislação ambiental restritiva, o crescimento urbano sobre áreas rurais, o turismo de massa e de segunda residência, a especulação imobiliária, entre inúmeros outros casos de perda de território ou esfacelamento do grupo social.

As técnicas aplicadas para levantamento em campo foram ferramentas flexíveis e dinâmicas, adaptadas a cada grupo social e à realidade de cada comunidade para a coleta de dados primários:

- **Etapa 1 Mobilizações:** conversas informais com lideranças e outros membros da comunidade; aplicação dos registros de mobilização (específicos para cada um dos grupos sociais: pescadores; agricultores familiares, quilombolas);
- **Etapa 2 Reuniões para levantamento de dados:** mapa mental; linha do tempo; matriz de problemas; matriz de potencialidades; dinâmicas de apresentação e de quebra-gelo; discussão em grupos e em plenária; exposição de resultados; apresentação de conteúdos por meio de técnicas visuais (*datashow*); exibição de vídeo.

O número de visitas de mobilização e de reuniões de DP também foi adaptado ao longo do processo frente à avaliação da equipe, à necessidade dos grupos ou à medida que surgiram

dificuldades. Sendo assim das quatro reuniões propostas no Plano de Trabalho, passou-se a três após os dois primeiros meses de reuniões de DP, sem perda da qualidade e conteúdo, mas com a otimização do tempo e em face de maior apropriação dos conteúdos pela equipe técnica. Observando, no entanto, o princípio metodológico estabelecido neste trabalho, onde o protagonismo no processo é da comunidade, foram realizadas cinco reuniões no Núcleo 1 de Iguape, respeitando-se o tempo de construção de cada grupo prioritário.

À luz dos resultados obtidos apresentados neste relatório, avalia-se que o conjunto de ferramentas aplicadas forneceu o suporte necessário para o entendimento das organizações sociais locais; para a identificação dos problemas, conflitos e potenciais de cada grupo e permitiram alcançar os resultados esperados e cumprir as metas de 1 a 5⁶ do plano de trabalho.

III.5 - Mobilização dos grupos sociais

A mobilização teve o objetivo de aproximar a equipe técnica aos sujeitos prioritários para motivá-los a participar do PEA-SP atendendo a Meta 1 do plano de trabalho. Para tanto foi explicado e esclarecido sobre a realização do programa e da escolha das comunidades, foram convidadas as pessoas para as reuniões de DP e obtidas informações sobre as relações políticas, econômicas, sociais e culturais das comunidades previamente à realização das reuniões. Tais informações foram obtidas por meio da aplicação do registro de mobilização; na forma de entrevista semiestruturada e também por conversa informal com os mobilizados cujo detalhamento está no **Anexo I – Planejamento das Atividades de Mobilização** e sucintamente descrito abaixo.

De modo geral na etapa de mobilização foram realizadas visitas às moradias, às sedes de organizações sociais, aos locais de

⁶ Meta 1: Estimular os grupos sociais prioritários sobre a importância da participação nos encontros de DP; Meta 2: Identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás; Meta 3: Identificar e caracterizar problemas e conflitos socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás; Meta 4: Identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo DP; Meta 5: Identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa.

concentração de pescadores: pontos de embarque e desembarque de pescado; pontos de comercialização do pescado; comércio local; bares com concentração de pescadores.

Na mobilização 1 (M1) foi realizado o contato com as pessoas já entrevistadas na etapa de caracterização socioambiental. Nesses primeiros contatos foram apresentados os agentes locais, o PEA-SP e suas etapas, destacando as etapas de Diagnóstico Participativo e do PEA-SP, foram aplicados os registros de mobilização, viabilizando os locais para a realização das reuniões, horários e datas de preferência das pessoas, bem como a identificação de novos moradores e/ou organizações e lideranças para a atividade de Mobilização 2 (M2) seguindo a metodologia bola de neve ou *snow-ball*, na qual amplia-se a lista de contatos por meio de indicações dos próprios contatados (BERNARD, 1988 e BAILEY, 1982).

Notou-se a curiosidade e o certo interesse das pessoas contatadas por se tratar de um programa realizado pela PETROBRAS. A maioria consentiu em preencher o registro de mobilização e não impuseram restrição para assiná-lo.

Na etapa de M2 os agentes locais ampliaram a divulgação das reuniões, buscaram novos contatos e moradores e contataram novamente as pessoas já mobilizadas na M1 para entrega da agenda de reuniões definida com os dados levantados anteriormente. Esse processo de definição das datas na primeira semana de conversas (M1) foi decisivo para o cumprimento do prazo de 15 dias de antecedência para notificar a CGPEG/IBAMA

Durante a mobilização 3 (M3) os agentes locais retornaram com o material de divulgação para distribuição (convites individuais e folheto (*flyer*) informativo do PEA-SP e afixar cartazes em locais estratégicos e de fácil visibilidade para os moradores. Os moradores não encontrados no bairro foram lembrados das reuniões de DP por telefone.

A estratégia de mobilização por pessoas respeitadas e reconhecidas na comunidade e lideranças trouxe resultados muito

positivos nas comunidades. Houve uma divulgação intragrupo em algumas comunidades a partir de estratégias próprias de multiplicação da informação sobre a mobilização, como aviso nas reuniões de culto das igrejas, informação nos comunicados nas associações de bairro e de classe, divulgação em reuniões de moradores.



Figura III.5-1 - Atividade de mobilização – fixação de cartazes na CEAGESP (Núcleo2) – Cananeia



Figura III.5-2 - Atividade de mobilização – distribuição de convite na comunidade Rocio - Iguape

III.6 - Reuniões de Diagnóstico Participativo

O levantamento de informações e dados primários por meio de reuniões de DP representa as Etapas de 2 a 5 propostas no Plano de Trabalho para o Diagnóstico Participativo do PEA-SP. Suas atividades foram realizadas no período de 10 de novembro de 2011 a 12 de maio de 2012⁷, sendo interrompidas entre 15 de dezembro de 2011 a 25 de fevereiro de 2012, para não coincidir com a temporada de verão, período no qual as comunidades estão envolvidas com as atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo. Ressalta-se a realização de uma reunião de DP no dia 09 de janeiro, no Núcleo 3 em Iguape, pois já havia sido acordada anteriormente com as comunidades

As reuniões de DP foram realizadas em média cinco dias após a M3, ocorrendo geralmente uma reunião a cada semana. Em 2011, vinte reuniões foram realizadas com as comunidades caiçaras e de pescadores artesanais de Iguape e Ilha Comprida. Já em 2012, após

⁷ Foram realizadas 42 reuniões de DP no período.

avaliação do processo, foram realizadas mais vinte e duas reuniões de DP com as comunidades de Iguape e Cananeia.

Número menor de reuniões (duas) foi realizado com algumas comunidades de pescadores artesanais e caiçaras do município de Cananeia que participaram da elaboração do Plano Diretor Participativo no município em 2011. Optou-se pela utilização dos dados de diagnóstico gerados no âmbito do Plano Diretor Municipal e que foram sistematizadas pelo PEA-SP, com o intuito de não demandar mais tempo das comunidades e de se respeitar as informações levantadas anteriormente. No Plano de Trabalho consta que o mesmo procedimento seria aplicado às comunidades quilombolas. No entanto, as informações disponíveis sobre os grupos estavam defasadas e foram realizadas três reuniões com esses grupos.

Todas as reuniões foram realizadas de modo participativo, ou seja, buscando conhecer a realidade das comunidades a partir da própria fala dos comunitários e assim *“construir e reconstruir, num processo de ação e reflexão, o conhecimento sobre a realidade de modo dialógico com os sujeitos envolvidos no processo educativo, no sentido de superar a visão fragmentada da mesma.”* (LOUREIRO e CUNHA, 2008:239).

Destaca-se que a sequência de atividades seguiu a metodologia prevista para atender as Metas 2 a 5 do plano de trabalho do diagnóstico participativo aprovado pela CGPEG/DILIC/IBAMA estabelecidas para a etapa de obtenção de dados primários. Para tanto, foram utilizadas ferramentas que permitiram que tais dados fossem obtidos. O detalhamento da programação e ferramentas utilizadas está no **Anexo II - Etapa de Reuniões de DP.**

Notou-se que a aplicação das ferramentas permitiu uma participação ativa de todos, independentemente de seu grau de escolaridade e/ou habilidade escrita ou oral, provocando a reflexão e revivendo coisas e fatos que estavam esquecidos na memória; em outros casos despertou o interesse para o espaço de vida de cada

um e do grupo, aguçando o sentimento de pertencimento da comunidade. Muitos relataram que as reuniões do PEA-SP foram diferentes das que estão acostumados a participar, uma vez que puderam expor livremente suas opiniões e tudo foi sendo registrado nas tarjetas (matrizes de problemas/impactos/potencialidades/caminhos possíveis) e puderam acrescentar ou corrigir informações no decorrer das reuniões.



Figura III.6-1 - Mapa da comunidade no Núcleo 1 – Iguapec



Figura III.6-2 - Roda de conversa para levantamento de problemas, no Núcleo 3 - Cananeia

Além disso, as reuniões trouxeram momentos de reflexão aos participantes sobre a necessidade de construção de uma organização que atenda aos interesses comuns do grupo, bem como a importância de se ouvir as opiniões alheias em um processo de tomada de decisão que afeta a coletividade; além de se ter atitude e acreditar no que se deseja.

Todas as reuniões de DP foram acompanhadas por membros da equipe técnica da PETROBRAS - que possibilitou que dúvidas e esclarecimentos sobre o empreendimento pudessem ser feitos na hora em que surgiram.

O detalhamento do diagnóstico participativo (mobilização e reuniões de DP) por comunidade segue anexo conforme relatado no **item V** deste relatório regional.

III.7 - Sistematização dos resultados e análises

As informações geradas no processo de DP subsidiaram a elaboração dos relatórios descritivos de cada grupo social; os relatórios analíticos municipais e o regional.

São parte dessas informações as evidências da realização das etapas de 1 a 4 do plano de trabalho do diagnóstico participativo aprovado pela CGPEG/DILIC/IBAMA e os meios de verificação como as listas de presença, os cadastros de participantes, os registros de mobilização, os protocolos de entrega de convites, as avaliações de acompanhamento e finais e os registros fotográficos de cada atividade realizada.

A fim de registrar com precisão e fidelidade as informações levantadas, os agentes locais utilizaram “cadernos de campo” onde as informações mais relevantes foram registradas durante as mobilizações e reuniões de DP. Para cada reunião um dos agentes teve a função de consolidação da relatoria dos resultados obtidos, além disso, as reuniões de DP foram, em sua maior parte, gravadas em áudio, porém com grau de qualidade diferenciado decorrente dos variados locais onde foram realizadas, como salas de aula, igrejas, salão comunitário, entre outros.

Os produtos gerados nas reuniões de DP foram sistematizados pela equipe técnica e revisados. As informações coletadas foram organizadas e é parte integrante dos anexos por núcleo, que são anexos dos relatórios municipais.

As análises foram construídas a partir dos dados primários levantados no campo aliando a fala dos participantes e a percepção da equipe técnica com dados secundários e bibliografia de referência sobre os diferentes temas. Com isso buscou-se fazer uma triangulação entre os dados primários obtidos ao longo da execução do diagnóstico, com dados secundários disponíveis que subsidiaram o entendimento dos resultados e com o suporte da bibliografia a cerca dos temas tratados. Algumas falas emblemáticas dos participantes foram inseridas para exemplificar o contexto das discussões, mas preservando a identidade do autor.

IV - ANÁLISE REGIONAL

Muitos dos aspectos relacionados às comunidades diagnosticadas no PEA-SP são de caráter regional, em razão de um mesmo processo de ocupação humana e de desenvolvimento. Assim, este item trata deste âmbito e as especificidades de cada comunidade estarão no **item V**.

Ainda que se observe a complexidade dos problemas e a interligação entre as diversas temáticas, optou-se por apresentar a análise em itens específicos, a fim de facilitar a compreensão:

- Caracterização do litoral sul
- Organização social e política das comunidades
- Cadeia produtiva da pesca artesanal
- Gestão ambiental do território
- Infraestrutura e políticas públicas
- Aspectos socioeconômicos

IV.1- Caracterização do Litoral Sul

Este item se destina a apresentar a região do litoral sul do estado de São Paulo de forma a contextualizar os grupos sociais prioritários atendidos pelo DP do PEA-SP, de maneira que essas informações sirvam de subsídio para visualização dos diversos problemas e conflitos vivenciados pelas comunidades.

O litoral sul é composto por três municípios (IGUAPE – CANANEIA – ILHA COMPRIDA), todos pertencentes ao Vale do Ribeira, região administrativa de Registro. A região administrativa, com população de 269.160 habitantes, destaca-se por sua baixa densidade demográfica, de 22 hab/km², em comparação à do estado, que apresenta 166 hab/km² (Censo IBGE de 2010). A taxa de urbanização dos três municípios corresponde a 90%, superior à média de 71% da região e inferior à taxa do estado que é de 96% (SEADE, 2012). Uma síntese das informações demográficas referente aos anos entre 1990 e 2010 segue no **Quadro IV.1-1**.

A análise demográfica demonstra que Ilha Comprida tem um padrão diferenciado: não possui área rural e registraram-se ali as

maiores taxas de crescimento da população, em torno de 77% entre a década de 1990 e 2000 e de 35,7%, entre os anos de 2000 a 2010 (Quadro IV.1-1). Tal crescimento pode ser justificado pela emancipação municipal em 1992, processo que gerou novas estruturas públicas, administrativas e comerciais, com atrativos que colocaram a oferta de emprego acima da média regional (CBH-RB, 2008), e atraiu grande número de população migrante (ROMÃO, 2008).

Quadro IV.1-1 - Informações demográficas entre os anos de 1990 e 2010 para os municípios do Litoral Sul de São Paulo

Município	Ano	População Total	Crescimento da população no período	Densidade (hab./km²)	Taxa de urbanização (%)	População Urbana	População rural
Iguape	1990	27.401	0,0%	13,86	75,53	20.695	6.706
	2000	27.410		13,86	79,97	21.920	5.490
	2010	28.828	5,2%	14,59	85,63	24.684	4.144
Ilha Comprida	1993*	3.762	76,8%	19,97	100	3.762	-
	2000	6.653		35,31	100	6.653	-
	2010	9.025	35,7%	47,90	100	9.025	-
Cananeia	1990	9.862	24,7%	7,93	78,79	7.770	2.092
	2000	12.297		9,88	82,97	10.178	2.089
	2010	12.216	-0,7%	9,84	85,36	10.427	1.789

Fonte: Fundação SEADE, 2012. *Informações consideram a disponibilidade de dados para o município Ilha Comprida somente a partir de 1993.

Iguape mantém relativa estabilidade populacional, com crescimento de 5% na última década. Em Cananeia houve decréscimo populacional de quase 1% na última década, fenômeno observado na zona rural de Iguape e de Cananeia, tendência apresentada também em todo o estado. Apesar da região administrativa de Registro apresentar ainda 29% da população vivendo na zona rural⁸, observa-se que no período de 1990 a 2010 houve uma redução de 13% da população rural nesta região administrativa (SEADE, 2012). Esta tendência pode estar relacionada à migração da população mais jovem para centros urbanos por falta de alternativas de emprego e renda; pelas restrições para o uso agrícola que não suportam sistemas de agricultura intensiva; pela falta de regularização

⁸ Percentual acima da taxa média apresentada para o estado, que é de 4% (IBGE, 2010).

fundiária, e o consequente quadro de indefinição da posse e propriedade da terra, o que dificulta o acesso às políticas de crédito agrícola; pela implementação das unidades de conservação de proteção integral, que restringe as atividades; e pela dificuldade de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e de serviços públicos, como educação e saúde. (CBH-RB, 2005).

Os relatos obtidos nas etapas de mobilização e de reuniões de DP confirmam os dados de migração ocorridos na região e as causas levantadas, principalmente no que se refere à falta de alternativas de geração de emprego e renda⁹.

A região apresenta indicadores de desenvolvimento/condição de vida que estão abaixo da média do estado. O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)¹⁰ em 2008 classifica o Vale do Ribeira com o menor índice entre as 15 regiões administrativas (SEADE, 2012), desempenho recorrente, demonstrando a necessidade de políticas públicas de transformação da realidade (NUNES, 2003). Verifica-se ainda que a renda da população é baixa, o que é indicado pelo alto número de famílias que recebem benefícios sociais. Segundo a Caixa Econômica Federal (2012), 3.882 pessoas receberam bolsa família nos três municípios do litoral sul em 2011, o que, considerando-se quatro pessoas por família, equivale a 31% das famílias beneficiadas dentre a população total destes municípios.

Desta forma, observa-se que os baixos índices sociais da região do litoral sul estão vivos na percepção dos pescadores artesanais que ao falar dos problemas, identificam e relacionam a falta de escolaridade¹¹ como razão para a imobilidade social em que estão inseridos, como demonstra um dos relatos de DP:

“Aqui o filho do pobre quando cresce, ou vira pescador ou vira pedreiro, porque a maioria mal sabe escrever o próprio nome”
(pescador de Iguape).

⁹ Detalhamento a ser apresentado nos anexos por município (ANEXOS III a V).

¹⁰ IPRS: inclui análise sobre riqueza, longevidade e escolaridade.

¹¹ A maioria dos pescadores artesanais do litoral sul possui ensino fundamental incompleto: Iguape - 60%; Ilha Comprida - 77% e; Cananeia 75% (INSTITUTO DE PESCA, 2012).

Ao analisar a base da economia local (Instituto de Pesca, 2012), tem-se que os municípios do litoral sul desenvolvem atividades principalmente nas áreas de pesca e turismo, sendo a primeira importante componente socioeconômico, pois envolve grande parcela da população local.

Em relação à atividade de turismo, observa-se o fenômeno da segunda residência e a grande parcela de população flutuante, sobretudo nos meses de alta temporada. Becegato e Suguíu (2007) sugerem que o número de habitantes pode triplicar em períodos de feriados prolongados e de alta temporada, podendo chegar a 150 mil pessoas.

Foi observado nos relatos dos envolvidos no DP que o turismo impacta o modo de vida das comunidades, pois parcela da população possui parte de sua renda mensal ligada a atividades como caseiros, jardineiros, lavadeiras, *piloteiros*, pedreiros, comerciários, comerciantes, faxineiros entre outras, o que também foi verificado no trabalho de Costa-Pinto & Sorrentino (2002).

Os municípios do litoral sul estão situados na bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e no Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá, integrando a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11).

A região está inserida em uma paisagem formada por um cordão de ilhas com um sistema de barras que cria um rico sistema estuarino, de predomínio de manguezais e criadouro natural para diversas espécies marinhas (DIEGUES, 2007). O Complexo Estuarino-Lagunar Iguape-Cananeia, é descrito pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro como:

“uma região que possui atributos significativos ambientais e culturais, caracterizada como um dos ecossistemas costeiros mais produtivos do mundo e se encontra sob a jurisdição de um mosaico de Unidades de Conservação. Em 1993, a região foi reconhecida como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e, em 1999, recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade, conferido pela UNESCO” (CPLA, 2012).



Figura IV.1-1 - Vista do rio Ribeira em Iguape



Figura IV.1-2- Vista do estuário em Cananeia

A bacia do rio Ribeira de Iguape tem valor essencial para a região. No passado foi a via de locomoção interna mais utilizada, favorecendo o estabelecimento dos núcleos rurais e urbanos, além do desenvolvimento socioeconômico e cultural dos povos formadores do Vale do Ribeira (DIEGUES, 2007). Destaca-se a presença de cerca de 500 comunidades rurais, incluindo quilombolas e aldeias indígenas nesta bacia hidrográfica (ROMÃO, 2006).

Durante o auge do ciclo do arroz na região (século XIX), com a finalidade de facilitar o acesso ao porto de Iguape, foi realizada uma obra, concluída em 1852, de abertura de um canal que unia o Porto da Ribeira ao Mar Pequeno, chamado Valo Grande. Porém, a abertura das estradas de ferro e de rodagem, somada ao declínio do ciclo do arroz, provocou a desarticulação do sistema de navegação fluvial e o fechamento do porto de Iguape. O impacto socioambiental regional gerado a partir da abertura do canal do Valo Grande e da construção da barragem em 1978, que foi rompida em 1995, será detalhado no item **IV.4**, contudo já se reforça neste item sua importância visto as discussões acaloradas sobre o tema entre os participantes do diagnóstico participativo, pois a atual abertura da barragem integra a polêmica envolvendo o canal do Valo Grande, sendo a maioria é favorável ao seu fechamento.

Saldanha (2005) relata que o canal aberto com cerca de quatro metros de largura de uma margem a outra, chegava aos 300 metros de largura em meados do século XX. A erosão nas margens do canal

foi provocada porque a maior parte da vazão do Rio Ribeira passou a ser escoada por ele, provocando mudanças no ecossistema do Mar Pequeno devido à diminuição da salinidade, além de acelerar o processo de assoreamento (MENDONÇA, 2007). A polêmica envolvendo o Valo Grande e consequentemente a abertura da barragem – considerado o maior acidente ecológico da região – é vivenciada por todos e seus impactos são sentidos principalmente pelos pescadores dos municípios de Iguape e Ilha Comprida, tendo sido tema de acaloradas discussões durante as reuniões de DP. O relato de um pescador antigo de Ilha Comprida exemplifica a polêmica:

“Na época que construíram a barragem, veio a enchente e com o veneno das bananeiras que desceu o rio, fez o mar pequeno virar um mar de peixes mortos... hoje a água doce está acabando com os pirís (planta que utilizam para fazer esteiras)... Tem que fechar a barragem, porque é no mar pequeno onde a gente pesca. Outro dia joguei 600m de rede e consegui pegar só duas salteiras (pescado) ... tá muito difícil de se manter só da pesca”.
(pescador de Ilha Comprida)

O Vale do Ribeira concentra os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, apresentando aproximadamente 51,6% do seu território inserido em unidades de conservação (UC)¹² terrestres, além das UC marinhas, dos grupos de proteção integral e de uso sustentável, formando um grande mosaico de proteção à biodiversidade e ao patrimônio cultural, histórico, espeleológico, arqueológico e arquitetônico do país (DIEGUES, 2007; HOGAN et al, 2000).

O município de Iguape, assim como Cananeia, possui mais de 40% de seu território constituído por área natural protegida (DIEGUES, 2007) contemplando diversas categorias. Ilha Comprida tem a totalidade de seu território inserido em Área de Proteção Ambiental.

¹² PE Jacupiranga, Decreto-lei n. 145/1969; alterado pela Lei Estadual n. 12.810/2008 que institui o Mosaico das Unidades de Conservação do Jacupiranga (na região as UC: PE Lagamar de Cananeia; RDS Itapanhoapima, RESEX Ilha do Tumba e RESEX Taquari); APA Cananeia, Iguape e Peruíbe, DF n. 90.347/1984; tombamento da Serra do Mar e Paranaipacaba pelo CONDEPHAAT, Resolução n. 40/1985; ARIE Ilha do Ameixal, DF n. 91889/1985; EE Jureia-Itatins, DF n. 84.976/80 e DE n. 24.646/1986; APA Ilha Comprida, DE n. 26.881/1987; EE Chauás, de n. 26.719/ 1987; RESEX do Mandira, DF s/n./2002; APA Marinha Litoral Sul, DE n. 53.527/2008).

Foram inúmeros os impactos sobre o modo de vida das populações tradicionais causados pelas políticas de proteção ambiental que privilegiaram a criação de unidades de conservação de proteção integral e trouxeram restrições às formas correntes de apropriação dos recursos naturais. Segundo Paoliello (2006), esse contexto, associado ao quadro histórico de indefinição fundiária, favoreceu o sistema de posse, induziu a especulação imobiliária e gerou conflitos entre as comunidades tradicionais e os órgãos públicos de gestão ambiental nas esferas municipais, estadual e federal.

Os impactos das restrições são visivelmente observados em seus relatos, principalmente no que se refere ao modo de produção, à apropriação dos recursos naturais e à tradicionalidade, como pode ser exemplificado na fala:

“A gente plantava arroz, mandioca, feijão, cana de açúcar, pegava palmito... os barcos passavam pelo rio (Una da Aldeia) pra levar nossas mercadorias, era uma época de muita fartura... quando a gente já não vendia, plantava só pra comer ... mas então depois que veio a florestal, nós tivemos que parar de plantar e de caçar... aí o povo foi indo embora né... nem a festa de Santa Isabel, padroeira da comunidade, existe mais” (quilombola de Iguape).

IV.2- Organização social e política das comunidades

Neste item, de acordo com as metas 3 e 4 estabelecidas no Plano de Trabalho, pretende-se analisar a baixa participação dos grupos sociais em diagnose nas políticas públicas para o desenvolvimento do litoral sul, dada sua dificuldade de organização social, reconhecida como a causa de grande parte dos problemas socioambientais e das fragilidades ao desenvolvimento dos potenciais locais levantados. Segundo o entendimento da maioria dos grupos durante o DP e as orientações pedagógicas para Programas de Educação Ambiental no licenciamento de petróleo e gás (IBAMA, 2005), como estratégia de *empoderamento*¹³ desses grupos se faz

¹³ Para Horochovski & Meirelles (2007), *empoderamento* trata-se da constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas e

necessário o envolvimento no enfrentamento dos problemas socioambientais, a partir da participação efetiva nos processos decisórios sobre as políticas públicas de desenvolvimento local¹⁴. De acordo com Amorim (2007), a participação será pressuposto para fortalecer a organização social, porque propiciará à população a possibilidade de ser ouvida e ser incluída nos processos políticos, alcançando uma cidadania ativa e efetiva.

Ao longo do DP observou-se que a dificuldade de explorar as potencialidades socioambientais e conseguir melhorias no modo de vida está atrelada à dificuldade de organização interna destas comunidades. A maioria das causas dos problemas e das fragilidades está associada ao baixo nível de integração comunitária para influenciar as políticas públicas, a baixa escolaridade, a pouca interlocução com as instituições e ao número reduzido de lideranças reconhecidas. A dificuldade de deslocamento e de comunicação com os centros urbanos dos municípios é apontada como fator agravante na relação com as instituições.

A exclusão nos processos decisórios é histórica entre populações rurais e foi mais intensa durante o período da ditadura militar. O processo de redemocratização trouxe consigo novas instâncias de participação, como os conselhos (municipais de saúde, educação, pesca, agricultura, turismo, os de unidades de conservação, de segurança alimentar, entre tantos outros). No caso dos quilombolas, o movimento político de caráter nacional que levou ao reconhecimento de seus direitos ao território propiciou, na região, maior inserção nos processos organizativos, sendo a participação no EACONE (Equipe de Articulações das Comunidades Negras do Vale do Ribeira) constante nestas comunidades.

Aspectos decorrentes da organização incipiente são observados nas atividades econômicas: dificuldades para acessar políticas de

participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente.

¹⁴ Desenvolvimento local aqui pensado como diretamente implicado no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno (MARTINS, 2002)

fomento, de crédito e de extensão rural e pesca, para a inserção dos produtos no mercado consumidor e para a regularização de documentação necessária ao extrativismo, manejo ou cultivo.

No que se refere à organização para defesa das comunidades tradicionais contra a perda do território, foi identificada a União dos Moradores da Jureia (UMJ), instituição fundada em 1990, membro titular da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, instituição responsável pela coordenação de políticas nacionais voltadas às comunidades tradicionais. Em 2006, após anos de luta, as comunidades caiçaras localizadas no interior da EE Jureia-Itatins conseguiram a instituição de um mosaico de unidades de conservação e, neste, a criação de duas reservas de desenvolvimento sustentável, modalidade que lhes permite a permanência em suas terras, fazendo o uso sustentável dos recursos naturais (DIEGUES, 2007). Entretanto, em 2009, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e acolhida pelo Tribunal de Justiça derrubou a Lei que instituiu o Mosaico. Este é um dos principais conflitos da região¹⁵.

Diegues (op.cit.) aponta a criação da RESEX Mandira em Cananea, como uma bem sucedida luta pela manutenção do território. Entre os benefícios à comunidade, a RESEX gerou aumento de renda, o surgimento de lideranças atuantes, além de ter aumentado a autoestima e a identidade quilombola.

Dois importantes fóruns regionais foram identificados: o Comitê de Gestão de Recursos Hídricos (CGRH)¹⁶, criado em 1996, com a atribuição de regular o acesso à bacia do Rio Ribeira, e o Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), criado em 2003, com atribuição de elaborar o plano de segurança alimentar e

¹⁵ O Projeto de Lei n. 60, que institui o Mosaico encontra-se em tramitação na Assembleia Legislativa. Os moradores da Jureia também lutam contra a Ação Civil Pública sob o n. 441.01.2010.001767-0, promovida pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), que visa o esvaziamento da EE da Jureia-Itatins e que segundo a UMJ, omite e desconsidera os direitos humanos e culturais das comunidades tradicionais que ali existiam ou ainda existem (PETIÇÃO PÚBLICA, 2012).

¹⁶ O viés excessivamente técnico tem provocado várias queixas dos representantes da sociedade civil que sentem dificuldade em acompanhar o debate.

desenvolvimento local com base nos princípios da Agenda 21. O CONSAD, com caráter mais político, acaba revelando outro problema: devido à falta de controle das instituições do Estado sobre as decisões, ocorre uma *secundarização* desse fórum tanto pelo poder público municipal, e principalmente, pelo poder estadual. Este conselho tem sido citado como exemplo para os demais, por sua tentativa de integrar políticas de três diferentes ministérios: Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social (COELHO et al., 2006). Não se identificou a participação de grupos atendidos pelo diagnóstico participativo do PEA-SP em nenhum desses fóruns.

É nítido o esforço realizado por diferentes instituições, mas ainda são insuficientes em relação à integração e desenvolvimento local das comunidades, visto o baixo número de ações coletivas para solução dos problemas comuns, consequência da baixa participação nos espaços públicos pertinentes e exclusão dos processos de decisão, planejamento e gestão sobre as políticas públicas do seu território. A falta de coesão das comunidades é corroborada pelo pescador de Iguape:

“aqui o povo é muito pronto pra reclamar e falar mal da prefeitura, falar do que não presta, mas na hora do vamo vê, não dão as caras, por isso nada vai pra frente” (pescador de Iguape).

Compreender o processo histórico de organização social e política dos grupos em diagnose contribui para as futuras ações.

Com relação à pesca artesanal, têm-se os mecanismos de intervenção do Estado na área litorânea e marítima brasileira ao longo dos anos. Cardoso (2009) aponta que esta se deu primeiramente pelo vínculo militar estabelecido após a criação da Marinha de Guerra Brasileira e o estabelecimento da Capitania dos Portos em 1846. O segundo período apresenta uma *modernização conservadora* da pesca com a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) a partir da década de 1960, dentro do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar. Finalmente, o terceiro momento se dá a partir de todo o aparato legal

da atividade, recentemente contemplado com uma nova lei da pesca e com a reestruturação dos órgãos federais de gestão e políticas setoriais integradas com aquelas voltadas para a questão ambiental de modo mais geral e para as demais questões relativas aos processos de ocupação dos espaços marinhos, litorâneos e das águas continentais. Esta política, ao favorecer a produção industrial da pesca, estimulou o conflito entre os pescadores, limitando e reduzindo indiretamente a autonomia dos pescadores artesanais.

Portanto, observa-se que esses processos de gestão pesqueira realizados pelo estado no decorrer dos anos foram unilaterais e não contemplaram os interesses dos pescadores artesanais, ampliando os problemas de sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas espécies e a destruição de ecossistemas de alta produtividade, contribuindo para a redução do pescado situado junto à costa e, conseqüentemente, acirrando a disputa dos pescadores artesanais com os industriais pela apropriação desses espaços e do pescado neles contido.

A principal instituição representativa dos pescadores – a colônia de pescadores – muitas vezes faz o papel de despachante, com a intermediação dos pescadores junto aos órgãos responsáveis para obtenção de diversos serviços, como acesso aos direitos de seguridade social, licenças, regularização de documentos profissionais e das embarcações e serviço de comunicação por rádio em situação de emergência. Assim, os pescadores são dependentes das colônias para acesso aos serviços.

Durante a realização do DP foi possível observar que o vínculo estabelecido entre os pescadores artesanais com a instituição está atrelado ao licenciamento da atividade de pesca, havendo um descontentamento no que se refere à divulgação de informações, comunicação com as comunidades, apoio no desenvolvimento da cadeia produtiva, entre outros, sentidos principalmente no município de Iguape, exemplificado nas seguintes falas:

“A (Colônia de Pescadores) Z-07 não tem força para ajudar os pescadores... o CEAGESP fechado é um exemplo disso” (pescador de Iguape).

“A gente não fica sabendo de nada... a colônia não disse que a gente tinha um caminhão da pesca” (pescador de Iguape).

“Tem muita gente que recebe defeso sem nunca ter pescado” (pescador de Iguape).

“Se depender deles (da Colônia de Iguape), a gente fica sem saber das coisas” (pescador de Iguape).

Com relação às pastorais da pesca, organizações vinculadas à Igreja Católica com o objetivo de lutar pelos direitos dos pescadores e representá-los em algumas instâncias, Mendonça (2007), cita a participação das pastorais de Cananeia e Iguape na Câmara Técnica de Pesca do conselho Gestor da APA CIP, durante o exercício de 2007-2008. Em Cananeia o diagnóstico participativo do PEA-SP identificou a Pastoral dos Pescadores da Paróquia São João Batista, coordenada por um pescador da comunidade de São Paulo Bagre, que participa ativamente no Conselho do PE Ilha do Cardoso (PEIC)¹⁷. Em Iguape, segundo informações de representantes da Casa Paroquial, não há atuação da organização no município.

Duas instituições de organização dos pescadores foram identificadas na região: a COOPERPESCA - Cooperativa de Pesca da Comunidade de Prainha, em Iguape, e a COOPEROSTRA – Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananeia. A atuação das organizações será analisada no item **IV3. Cadeia produtiva da pesca artesanal**.

Outras instituições relacionadas à categoria de pescadores artesanais foram identificadas durante o DP, como a Cooperativa de Assistência Técnica Integral do Vale do Ribeira (CATIVAR); a Rede Cananeia, o Instituto de Pesquisa de Cananeia (IPeC), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo – sub sede Cananeia (SINTRAVALE) e Associação de Pescadores, Maricultores, Apicultores e Agricultores Familiares de Ilha

¹⁷ Fonte: Paróquia São João Batista (2010).

Comprida e Vale do Ribeira (APAMFICVR). O melhor detalhamento sobre essas associações específicas das comunidades está apresentado nos anexos municipais (**ANEXOS III a V**).

Apesar das especificidades de cada município do litoral sul, alguns obstáculos relacionados à organização política e social dos pescadores são comuns: i) a falta de coesão que gera conflitos internos; ii) a dificuldade de diálogo com a direção das Colônias e da participação direta dos pescadores, em razão da distância das diversas comunidades pesqueiras; iii) a dificuldade de apoio à administração das infraestruturas de beneficiamento e comercialização existentes de modo a beneficiar todos os pescadores; iv) a burocracia para obtenção das carteiras de pescador profissional e licenças de pesca; e v) o conflito de interesse e dificuldade de articulação com outros setores econômicos, principalmente o turismo.

Desta forma, observa-se a complexidade do processo de *empoderamento* e fortalecimento da organização dos pescadores artesanais no litoral sul. Como questões primordiais identificam-se a necessidade de ações conjuntas das comunidades, pescadores e colônias para obtenção de maior poder político e da articulação dos mesmos com os órgãos estatais responsáveis pelo setor. Ações que foram identificadas como caminhos possíveis para a resolução das fragilidades da pesca por boa parte das comunidades.

No caso do processo de organização dos agricultores familiares¹⁸, a principal entidade representante da categoria é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguape e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo – subsede Cananeia (SINTRAVALE).

¹⁸ A Lei n. 11.326/2006, art. 3º, considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento; IV - dirija seu estabelecimento com sua família. Também serão beneficiados os extrativistas e pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente. No caso do litoral sul, para o diagnóstico participativo, os agricultores familiares estão presentes em Iguape e Cananeia.

Os principais obstáculos às comunidades que praticam a agricultura familiar referem-se à dificuldade de acesso à terra em razão dos conflitos fundiários comuns na região (falta de documentação de propriedade ou usucapião e grilagem, principalmente) e às restrições da legislação ambiental. Com relação ao segundo ponto, cabem duas observações: i) no caso das unidades de conservação de proteção integral, as comunidades tradicionais têm o direito de realizar seus cultivos¹⁹, mas é comum alegarem dificuldade para obtenção da licença junto aos gestores; ii) as restrições também estão vinculadas à proibição de desmatamento prevista na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal n. 11.428/06). A percepção dos participantes, entretanto, as relaciona sempre às unidades de conservação, o que acaba por direcionar os esforços de resistência das comunidades.

Com relação aos quilombolas, o reconhecimento das comunidades como remanescentes se dá por meio da Fundação Cultural Palmares e o processo de titulação, desapropriação e indenização das terras fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A assistência técnica rural é prestada pelo ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Em Iguape e Cananeia foram identificadas nove comunidades quilombolas, sendo que duas comunidades já foram reconhecidas pelo ITESP²⁰ e pela Fundação Cultural Palmares.²¹

O Quilombo Mandira, comunidade onde se identificou maior coesão e organização social, vive principalmente da extração de ostras, realizada na reserva extrativista criada em 2002, graças aos esforços da comunidade. O grupo atua na inserção de jovens e mulheres, estando os primeiros voltados às atividades de turismo de base comunitária e as mulheres se organizam em torno do corte e costura, outra atividade geradora de renda para a comunidade.

¹⁹ Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), artigo 42.

²⁰ As comunidades de Morro Seco e Mandira foram reconhecidas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP

²¹ As comunidades de Morro Seco, Mandira, Porto Cubatão, São Paulo Bagre, Taquari, Varadouro, Ariri, Santa Maria e Aldeia foram reconhecidas somente pela Fundação Palmares (FUNDAÇÃO PALMARES, 2012).

No litoral sul as comunidades quilombolas estão inseridas no território dos municípios de Cananeia e Iguape e por isso o seu detalhamento é feito nos **Anexos III e V – Município de Iguape e Cananeia**.

De maneira geral, o litoral sul apresenta dificuldade de articulação das diferentes políticas e ações voltadas ao desenvolvimento socioambiental dos grupos em diagnose. Pasinato & Retti (2009) observaram a falta de diálogo das instituições que trabalham na região que, ironicamente promovem seminários, palestras e vários fóruns que debatem *cooperativismo* e *associativismo*, mas quase nunca conseguem estabelecer uma parceria funcional, que apresente resultados concretos para as comunidades locais. Segundo os autores, para criar este ambiente virtuoso de debate é importante considerar a influência da territorialidade²² na criação de programas e projetos de desenvolvimento local e seu inter-relacionamento com o contexto regional e nacional. Marinho & Furlan (2011) observam que tem se intensificado as ações do governo estadual e federal na região, embora os avanços sejam lentos para dar conta do nível de atenção exigido. Segundo informações do Programa Territórios da Cidadania até dezembro de 2010 foram executadas 56 ações no Vale do Ribeira com atuação de 14 ministérios que integram o programa, envolvendo ações em direito e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, infraestrutura e apoio à gestão territorial.

Considerando os relatos dos grupos prioritários em diagnose e analisando as políticas públicas e outros projetos desenvolvidos no litoral sul de São Paulo, verifica-se a necessidade de ações que fomentem e fortaleçam a participação desses sujeitos prioritários. As ações devem considerar questões de acesso às informações sobre a

²² Territorialidade aqui se refere às relações entre indivíduos, grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas diferentes esferas geográficas, uma localidade, uma região, um país e expressando um sentimento de pertencimento e, um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. Em nível coletivo a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (PASINATO & RETTI, 2009).

gestão ambiental do território, recuperação da autoestima e valorização, inclusive a financeira, dos costumes e fazeres locais.

IV.3 -Cadeia produtiva da pesca artesanal

Entende-se por cadeia produtiva *“um conjunto de ações e atores que interagem entre si compondo-se do sistema produtivo, dos fornecedores de insumos e serviços, das indústrias de processamento, distribuidores, comerciantes e consumidores”* (MOREIRA JÚNIOR, 2010:90). A cadeia produtiva não é estática, podendo ocorrer variações ao longo do ano, tipo de recurso e custos de oportunidade. Pretende-se neste trabalho focar um dos elos da cadeia produtiva – o pescador artesanal. Também é objetivo analisar os conflitos relacionados ao tema levantados durante o diagnóstico.

A pesca no litoral sul paulista, praticada na área estuarina e marítima, é caracterizada como de pequeno porte e baixa mobilidade e tem grande importância do ponto de vista econômico, social e cultural, envolvendo grande parcela da população local. A região apresenta um dos maiores contingentes de pescadores do estado (46%), somando 5.798 profissionais de pesca artesanal, sendo que 62% têm na pesca o único meio de sustento. 77% dos pescadores apresentam idade entre 30 e 60 (Instituto de Pesca, 2012).

Dentre os participantes do DP, a maior parte foram homens com idade superior a 40 anos que exercem a pesca desde muito jovem. A participação dos jovens foi minoritária, cerca de 1/3 dos pescadores.

A participação feminina, mesmo em número inferior aos dos homens (24%), foi expressiva. O ambiente da pesca é predominantemente masculino, e a mulher encontra-se à margem da participação social em grande número de comunidades caiçaras. Sua inserção na cadeia produtiva se dá de forma complementar, nos cuidados com a casa e os filhos, na ajuda aos homens da família no embarque e desembarque, na manipulação, venda e preparo do peixe. Muitas delas são responsáveis por complementar a renda familiar trabalhando como caseiras ou domésticas para os turistas,

além de algumas atividades relacionadas ao extrativismo vegetal e ao artesanato.

Na tradição caiçara o espaço predominantemente feminino era a roça.

“O trabalho doméstico não era visto como significativo, em relação ao do homem que trabalhava fora e trazia o produto de seu trabalho para casa. Era o mantenedor ou provedor do lar. E o produto de seu trabalho gerava renda. Estava, portanto, inserido no processo econômico da sociedade vigente” (PAES, 1998:32).

O panorama vem se transformando, ainda que de forma tímida, com o aumento do nível de escolaridade e de profissionalização, passando as mulheres a participar de diversos fóruns de discussão e decisão.

Outra transformação em curso está relacionada ao aumento do esforço de pesca, que junto aos avanços tecnológicos das embarcações ocorridos nas últimas décadas vêm provocando a sobre-exploração dos estoques marinhos pesqueiros. Nesse contexto, os pescadores artesanais encontram dificuldades para manter os ganhos na pesca. O produto da pesca artesanal é utilizado na alimentação e direcionado à venda. No litoral sul paulista, utiliza principalmente redes de *emalhe* (de superfície e de fundo) e as redes de deriva (*corrico* para manjuba). Os principais produtos desembarcados são o camarão-sete-barbas e a manjuba-de-Iguape, mas outros produtos são importantes: robalo-peba, tainha, bagre-branco, siri-azul, ostra, corvina, pescadas, robalo, linguado. No que se refere à pesca da manjuba, embora não produza um grande volume de descarga, é importante para a região, gerando grande movimentação na economia, em razão do deslocamento de pescadores de diferentes municípios. (INSITITUTO DE PESCA, 2012).



Figura IV.3-1 – Cerco fixo – arte de pesca típica na região estuarina em Cananeia



Figura IV.3-2 – Pesca da manjuba na região estuarina em Iguape.

Para a extração de ostras, mexilhão da pedra e mexilhão do mangue são utilizados métodos manuais, como a raspagem e para a retirada do caranguejo-uçá da toca, a catação ou bracejamento.

A COOPEROSTRA é responsável pela introdução, na região, do manejo de ostras por meio de viveiros. As ostras retiradas do mangue permanecem nas estruturas construídas nas comunidades *engordando* até atingirem tamanho adequado. O método permite que haja ostra para comercialização mesmo durante o defeso da espécie entre dezembro e fevereiro, época de maior procura pelo produto (CHAMI; MALDONADO, 2003).

Monitoramento pesqueiro do Instituto de Pesca aponta que entre os anos de 2008 a 2011, a região foi responsável por 92% da produção de ostras, mariscos e caranguejos do litoral paulista, o que demonstra a importância da atividade na região.

A comercialização dos produtos se dá de forma individualizada, diretamente nas peixarias, aos intermediários ou venda direta ao consumidor, principalmente turistas. Foram identificados durante as etapas do DP problemas relacionados à má gestão da infraestrutura para beneficiamento e comercialização da produção, fato que acirra a dependência em relação aos intermediários.

A figura do intermediário representa um dos grandes conflitos para a cadeia produtiva da pesca artesanal. Considerados como *mal necessário*, são aceitos em vista da dificuldade de conseguirem comercializar coletivamente e diretamente a produção. Diegues relata que durante a década de 1970 quando empreendeu sua

pesquisa de campo essa já era a realidade dos pescadores “*não chegam a apresentar nenhum comportamento de classe. Eles se encontram sozinhos diante dos atravessadores que os exploram*” (1983:225).

Com relação à infraestrutura, existem dois terminais pesqueiros (CEAGESP) administrados pelo governo federal, em Iguape e Cananeia, considerados insuficientes para atender às demandas do setor. O primeiro apresenta problemas estruturais e administrativos, impossibilitando o atendimento ao setor pesqueiro²³.

Os participantes do DP relataram a falta de políticas públicas para o desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e a falta de envolvimento dos próprios trabalhadores junto às Colônias como causa dos problemas do setor, o que dificulta melhorias na atividade.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) disponibiliza políticas e programas voltados à pesca artesanal como: Centros Integrados da Pesca Artesanal – CIPAR, Apoio à Organização Produtiva de Trabalhadoras da Pesca, Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal, Apoio à Cadeia Produtiva – Fábricas de Gelo, Caminhões Frigoríficos, Caminhões Feira; Qualificação e Inclusão Social de Pescadores (as) - Programa Pescando Letras, Telecentros Marés, Cursos Técnicos Integrados em Pesca e Aquicultura; Apoio a Organização de Fóruns de Gestão da Pesca, Capacitação de Pescadores (as) e Organizações do Setor, Distribuição de Cestas de Alimentos. A maioria dos pescadores artesanais desconhece tais benefícios.

A prefeitura de Iguape recebeu um caminhão-frigorífico e uma fábrica de gelo para apoiar o beneficiamento e comercialização dos produtos da pesca artesanal (convênio MPA publicado 15/10/2009), no âmbito do CIPAR. Segundo relatos dos participantes do DP, entretanto, até hoje o caminhão não foi disponibilizado para os pescadores do município.

²³ Segundo relatos dos representantes da Colônia de Pesca Z-07 em 2005 houve uma ação para a reativação do CEAGESP com projeto enviado ao Ministério da Pesca, mas não se efetivou por problemas legais da entidade e falta de recursos financeiros da prefeitura.

Por diversas vezes, os pescadores falaram da dificuldade em se conservar e comercializar o pescado, principalmente os pescadores de manjuba:

“Somos obrigados a vender pro peixeiro (intermediário) porque não temos nem onde pegar gelo, quem pode vai em Cananeia, onde o CEAGESP funciona... O caminhão da pesca tá apodrecendo no pátio da prefeitura” (Pescador de Iguape).

Uma Unidade de Beneficiamento de Pescado para atender as comunidades pesqueiras em Ilha Comprida foi construída com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ²⁴. A estrutura é utilizada para capacitação em processamento e manipulação de pescado e para manipular o pescado utilizado na merenda escolar. Há conflito entre prefeitura e pescadores quanto ao uso do local. No mesmo município, na comunidade de Boqueirão Sul, encontra-se o Laboratório Nacional de Aquicultura Marinha – (LANAM), implantado pela prefeitura em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), do governo federal, e cujo objetivo é integrar as comunidades costeiras de pescadores e outros parceiros no trabalho com diferentes espécies para diversificação da economia.

Ainda em Ilha Comprida há uma Unidade Experimental de Processamento de Siri Mole²⁵. Segundo informações do Departamento de Desenvolvimento Local da prefeitura de Ilha Comprida, o projeto necessita obter maior envolvimento das comunidades pesqueiras, para aumentar o volume de siri processado.

Com relação à infraestrutura de beneficiamento cabe destaque a duas cooperativas na região - COOPERPESCA - Cooperativa de Pesca da Comunidade de Prainha, em Iguape, e a COOPEROSTRA em Cananeia, ambas com gestão das comunidades pesqueiras.

A COOPERPESCA está inativa, aguardando a efetivação de parceria para a comercialização dos produtos pesqueiros ao Programa

²⁴ Convênio n. 538616/2005

²⁵ Parceria ente a prefeitura e o Instituto de Pesca – APTA/SAA - Projeto Produção e Comercialização do Siri Mole do Lagamar (INTITUTO DE PESCA, 2012)

de Aquisição de Alimento (PAA) ²⁶, que ainda não se efetivou por falta de infraestrutura de transporte.

A COOPEROSTRA possui estrutura para depuração da ostra, com certificação do SIF (MAPA) e é considerada pelos participantes do DP das comunidades mais isoladas como um potencial ao desenvolvimento da cadeia produtiva da ostra. Os problemas levantados relacionam-se a dificuldades na logística de transporte e à distância das comunidades, além da falta de integração destes com os associados da cooperativa:

“a comunidade tinha bastante esperança quando foi criada a COOPEROSTRA... o problema da cooperativa foi a administração, que fez que com que ela fosse deixando de ser um ponto positivo” (pescador de Cananeia)

Segundo informações do representante da COOPEROSTRA, a entidade possui uma embarcação que realiza o serviço de coleta de ostras dos cooperados de comunidades mais distantes – exatamente as comunidades que levantaram esse problema – o que evidencia a existência de ruído entre estas comunidades e os gestores da cooperativa.

Observou-se grande desânimo com relação à demora em se conseguir carteira de Registro Geral da Pesca e também para a sua renovação, havendo a defesa de um escritório da Capitania dos Portos na região.

A dificuldade de informação sobre as leis de pesca e a sensação de que o pequeno pescador tem tratamento desigual pelos órgãos encarregados de fazer a fiscalização também são problemas recorrentes em todas as comunidades pesqueiras.

Com relação ao desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca, apesar de se ter identificado estruturas físicas que poderiam atender à demanda das comunidades, ainda se observa precariedade no setor, visto que a comercialização dos produtos se dá de forma individualizada pela maioria dos pescadores (83%²⁷), resultando em

²⁶ Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA)

²⁷ Dados do Instituto de Pesca (2012).

baixa remuneração na atividade. Essa situação decorre da falta de integração entre os diferentes órgãos e entidades que atuam nas diferentes esferas do governo que garanta a efetivação de uma política pública de apoio à cadeia produtiva da pesca e aquicultura a nível regional. Somam-se a este quadro de dificuldades, os conflitos estabelecidos entre os órgãos públicos e as comunidades pela falta de diálogo, além dos conflitos estabelecidos entre comunidades, relacionados ao grau de organização de cada grupo. Observa-se maior grau de desenvolvimento econômico e de apoio do poder público nas comunidades onde há presença de lideranças, coesão e integração de ações que visam à solução de problemas comuns.

Muitas das comunidades participantes do DP apresentaram como potencialidade, associada ao desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca, o manejo sustentável de produtos vegetais como o palmito juçara (*Euterpe edulis*), a caixeta (*Tabebuia cassinoides*), musgo (*Sphagnum* sp, *Syrrhopodon elongatus*), bem como alguns outros produtos, regulamentados por leis específicas como a Resolução SMA n.16/1994, a Resolução SMA n.11/1992 e a Portaria DEPRN n. 52/1998²⁸.

IV.4 - Gestão ambiental

As questões relacionadas à gestão ambiental estão intrinsecamente ligadas aos demais itens analisados neste relatório. Se por um lado alguns dos problemas identificados, sobretudo na pesca e no extrativismo vegetal, têm na gestão ambiental sua origem, por outro, a possível solução está ancorada nos processos decisórios relacionados ao tema.

Gestão ambiental é aqui abordada como um processo de mediação de interesses e conflitos (LAYRARGUES, 1998). Conforme apresentado no **item IV.1**, os principais problemas geradores de conflitos na região estão relacionados aos impactos ocasionados pela abertura/ fechamento da barragem do Valo Grande, às restrições da

²⁸ O extrativismo vegetal é mais amplamente tratado no item Socioeconômico.

legislação ambiental, à criação de unidades de conservação e à preocupação com a integridade do ambiente natural para a manutenção de atividades econômicas.

Os problemas gerados pelo Valo Grande foram citados, durante o DP, por comunidades de Iguape e da Ilha Comprida. A opção das águas do Ribeira de Iguape por seguir o caminho construído para diminuir a distância até o porto causou erosão e assoreamento no leito do rio, além da dessalinização e assoreamento no Mar Pequeno, o que prejudica o ambiente estuarino. Também o rio é afetado, sobretudo em sua barra (barra do Icapara) o que vem resultando em erosão contínua com destruição quase total da Praia do Leste e de muitas moradias ali localizadas (NASCIMENTO JUNIOR et al., 2008).

Em 1978 foi construída uma barragem no Valo Grande que se rompeu em 1995 (NASCIMENTO JR op. cit). Durante o DP houve polêmica entre propostas de abertura e de fechamento da barragem, dadas as consequências de ambas: o fechamento pode repetir as enchentes já vivenciadas por muitos; a manutenção da barragem aberta pode agravar os impactos já citados²⁹. Problemas antigos, mas atuais, como ilustram as falas a seguir:



Figura IV.4-1- Barragem construída no canal do Valo Grande sem a colocação de comportas.

Na época que a barragem fechou, a água do Ribeira invadiu nossas casas, perdemos tudo... hoje em dia a água ainda invade, mas vai piorar se fecharem de novo... não vai sobrar ninguém aqui... (caiçara que vive às margens do trecho final do rio Ribeira, Iguape).

Depois que abriram a barragem o mar já invadiu mais de 900 metros de praia e já derrubou mais de 60 casas (pescador da Praia do Leste, Iguape).

²⁹ Em 2011 foi concedida liminar em Ação Civil Pública Ambiental promovida pelo MP de Iguape contra o Estado de São Paulo, determinando o fechamento definitivo da barragem e demais providências. O CBH Ribeira de Iguape, afirma que já foram feitos todos os estudos científicos para justificativa da obra (GUIA DE IGUAPE, 2011); o DAEE alega que não há verba para a realização desta.

Quando chove lá no alto Ribeira, a água que desce chega suja, prejudica a nossa pesca e leva dias pra limpar... e com isso a gente perde de ganhar (pescador do Mar Pequeno, Iguape).

Outro tema bastante presente durante o DP, relacionado à gestão ambiental, é a presença de unidades de conservação. Os problemas se dão especialmente no caso das UC de proteção integral, dadas as restrições impostas ao uso direto³⁰.

A criação das UC, a partir da década de 1960, gerou conflitos entre órgãos ambientais e comunidades tradicionais na região, devido aos interesses divergentes no uso do território. A limitação das atividades tradicionais e do modo de vida das comunidades alterou muitas práticas e significou perda do espaço físico e, conseqüentemente, da relação afetiva com o lugar (SALDANHA, 2005). Muitos dos conflitos foram ocasionados pela forma como foram criadas e implantadas as UC, tornando difícil para as comunidades a compreensão de sua funcionalidade, o reconhecimento das diferentes categorias de manejo, e ainda mais difícil saber o que é permitido, proibido ou controlado em cada uma dessas categorias (SALDANHA, 2005). Os impactos ao modo de vida caíram decorrentes da criação de UC de proteção integral são citados por Diegues (2007), Nunes (2003), e por Silva & Ferreira (2011), entre outros. Também puderam ser manifestados durante o DP:

Antes cada um tinha sua rocinha. Agora (com a criação do Parque do Lagamar) a gente não pode plantar nada e é obrigado a comprar tudo, fica mais sem condição ainda (quilombola de Cananeia).

Antigamente morava mais gente por aqui, mas depois que ficou proibido cortar árvore os moradores foram indo embora... (quilombola de Cananeia).

A compensação aos municípios em razão da restrição no uso do solo imposta pelas UC – o ICMS Ecológico³¹ – gerou à Iguape mais de

³⁰ Segundo a Lei n. 9.985/2000 – SNUC as mesmas objetivam a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais. Nessa categoria enquadram-se as Estações Ecológicas Jureia-Itatins e Chauás, e os Parques Estaduais Ilha do Cardoso e Lagamar de Cananeia.

³¹ O ICMS Ecológico foi adotado pelo estado de São Paulo em 1993 e permite aos municípios arrecadação proporcional à restrição imposta pelas UC em seu território. (ICMS Ecológico, 2012).

5 milhões de reais em 2011 e à Cananeia mais de 3 milhões de reais. As comunidades diretamente impactadas desconhecem o recebimento deste recurso ou não se sentem contempladas.

Deve-se considerar que muito do que é atribuído às UC pelos participantes do DP na realidade refere-se à aplicação de outras leis ambientais incidentes³², além de leis específicas que regulamentam a exploração de recursos naturais, especialmente as de pesca. A fala a seguir ilustra uma consequência do conflito com as leis ambientais, ao mesmo tempo em que aponta o conhecimento tradicional aplicado antes da legislação em vigor:

Quando num tinha nada disso (restrições das leis ambientais) o pessoal cortava o palmito certinho (na altura/ idade adequada). Hoje em dia (que a atividade foi proibida e “marginalizada”) se corta o palmito de qualquer tamanho e aí acaba com tudo (quilombola de Cananeia).

Com relação à fiscalização, os conflitos se dão principalmente com a polícia militar ambiental e com o IBAMA. Os pescadores julgam a abordagem da Polícia Ambiental rude e inadequada e sentem uma desigualdade na aplicação da lei:

“só levam a rede dos pequenos, os barcos industriais não” (pescador de Iguape).

O IBAMA é visto muito mais como um órgão repressor do que fiscalizador no sentido de ordenar os usos. Repetiram-se os relatos durante a realização do DP sobre a deficiência na fiscalização, como o que segue:

“não fazem nada, a gente denuncia, mas eles não fazem nada” (pescador de Iguape).

Em relação à gestão marítima, os pescadores relataram conflitos com a pesca industrial predatória realizada pelas embarcações de arrasto e também a realização da pesca artesanal de forma irregular. Segundo os pescadores não há respeito pelos limites e locais proibidos pela legislação.

³² Código Florestal (Lei Federal n. 4.771/65 e a Medida Provisória 2.080, recentemente atualizado no Novo Código Florestal – Lei n. 12.651/2012), a Resolução CONAMA n. 303/2002 e Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006).

Na APA Marinha Litoral Sul é proibida a pesca de arrasto com a utilização de parelhas independentemente das suas arqueações brutas³³.

Por último, destaca-se que nesse ambiente ainda bem preservado, que possui a maior área remanescente de Mata Atlântica e constitui um dos sistemas de maior produtividade do Atlântico Sul (MENDONÇA, 2007), uma forte preocupação demonstrada pelos participantes do DP, pescadores artesanais especialmente, é relacionada aos riscos de acidentes e vazamentos de contaminantes, inclusive da cadeia de petróleo e gás, causando degradação do ambiente e acarretando prejuízos econômicos. Embora atualmente não haja instalações referentes à cadeia produtiva de petróleo e gás nos municípios do Litoral Sul, ainda que sejam recebedores de *royalties* do Polo de Merluza (*PMLZ-1*), há expectativa de serem implantados empreendimentos de produção de petróleo e gás nesta região em futuro próximo, como é o caso do empreendimento da empresa australiana Karoon, que se encontra em processo de licenciamento para iniciar atividade de perfuração marítima a 182 km do município de Iguape (audiências públicas realizadas em julho de 2012 – CARAGUATUR, 2012).

Weczorek (2006), em estudo sobre sensibilidade a derramamentos de petróleo no PE Ilha do Cardoso e áreas de entorno, indica que a probabilidade de um derramamento de petróleo na região, sem considerar novos empreendimentos, está associada a um possível acidente envolvendo o tráfego de navios que transportam óleos e derivados, além de um acidente nos portos localizados ao sul (Porto de Paranaguá) e a norte (Porto de Santos). Dentre as possibilidades indicadas por Weczorek (op.cit), constatou-se que em 2001 comunidades da parte sul de Cananeia foram atingidas por vazamento de nafta na baía de Paranaguá. No acidente com o navio petroleiro Norma, da frota da TRANSPETRO - subsidiária da PETROBRAS, houve vazamento de 392 mil litros de nafta atingindo

³³ Decreto n. 53.525, de 8 de outubro de 2008 / Resolução SMA n. 69, de 28 de setembro de 2009.

uma área de 3 mil metros quadrados (AMBIENTE BRASIL, 2012). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2012 decidiu pelo pagamento de indenizações da empresa aos pescadores afetados (STR, 2012), o que até o momento de realização do DP ainda não havia sido cumprido para todos. O longo período entre a ocorrência (e o prejuízo aos pescadores) e o recebimento da indenização, faz com que haja uma preocupação ainda maior – além da degradação e do prejuízo imediato e de longo prazo, há o descrédito e temeridade com relação ao ressarcimento.

Mesmo que o acidente ocorrido não tenha relação com o Polo de Merluza, os moradores identificaram o risco de acidentes (vazamentos) como um possível impacto relacionado com a atividade de petróleo e gás, o que corrobora as premissas das orientações pedagógicas do IBAMA (2005) sobre a compreensão de riscos socioambientais das populações afetadas pelos empreendimentos em processo de licenciamento. A recorrente preocupação com este risco também demonstra a estreita relação de dependência do grupo prioritário do DP com os recursos naturais.

Com relação ao planejamento e ordenamento territorial, a principal ação no litoral sul é o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que, no nível estadual, ocorre no âmbito do GERCO (Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro). Em fase de elaboração, os trabalhos iniciados em 2010 encontram-se em andamento (Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2012). Reuniões públicas contam com a presença dos vários setores da sociedade, inclusive os pescadores artesanais.

Diversas unidades de conservação contam com conselhos gestores com a participação da sociedade civil. A APA Cananeia-Iguape-Peruibe³⁴ e a APA Marinha Litoral Sul tem, em seus respectivos conselhos, as câmaras técnicas de aquicultura e pesca, com

³⁴ A Câmara Técnica de Aquicultura e Pesca do Conselho APA Cananeia – Iguape – Peruíbe encontra-se inativa. Entre 2003 e 2004 produziu os trabalhos: projeto de Gestão dos Recursos Pesqueiros da APA CIP; regulamentação da pesca do iriko, do arrasto de praia, do cerco-fixo e da pesca de gerival (ICMBio, 2012).

representação de algumas das comunidades em diagnose, além das colônias de pescadores.

A APA Marinha Litoral Sul, criada em 2008 com o objetivo de ordenar o uso do espaço marinho, é vista com reservas pelo pescador artesanal. Ainda que promova reuniões periódicas do Conselho Gestor com a presença de representantes dos pescadores artesanais, o fluxo de informação é deficitário e seria necessário um aparato técnico maior para promover ações que aproximassem a gestão da APAMLS do pescador e o estimulasse a trabalhar em conjunto para a melhoria da gestão.

Há profundo desconhecimento sobre as leis ambientais e de pesca e os pescadores reafirmam a necessidade de interlocução com as instituições encarregadas do ordenamento territorial e marítimo, como a Marinha do Brasil, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação Florestal, IBAMA, ICMbio.

O resultado obtido no levantamento dos problemas da pesca artesanal na região do litoral sul aponta para a necessidade de ordenamento costeiro, com a finalização do ZEE, de forma que atenda os diversos atores sociais (pescadores artesanais, industriais, amadores e órgãos fiscalizadores) com interesses distintos sobre o território marítimo, possibilitando minimizar os conflitos e fortalecer a integração de ações de combate à pesca predatória. Também se observa a necessidade de melhorias na infraestrutura operacional e de recursos humanos dos órgãos públicos fiscalizadores e trabalhos visando à organização social das comunidades para a participação efetiva nos processos decisórios de gestão ambiental do território.

IV.5 - Infraestrutura e políticas públicas correlatas

Foi apresentado no DP no litoral sul como um dos principais problemas de ordem regional, relacionado à infraestrutura, a ineficiência do sistema de saneamento ambiental³⁵, situação

³⁵ “Saneamento ambiental considerado aqui como um conjunto de ações, serviços e obras que têm por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio do abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do

agravada em comunidades localizadas em áreas rurais e periurbanas, a maioria das envolvidas neste trabalho. Segundo o relatório de balneabilidade da CETESB (2012), nos municípios do litoral sul somente 53% do esgoto produzido é coletado³⁶, situação crítica do ponto de vista sanitário e que pode comprometer a atividade turística, um dos potenciais levantados no DP.

Embora Iguape apresente o melhor Índice de Coleta e Tratabilidade de Esgotos da População Urbana de Municípios (ICTEM)³⁷ do litoral paulista (6,2), este índice se refere a uma baixa taxa de coleta de esgotos (60%).

O problema da falta de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do litoral sul é evidenciado na fala de pescadores que participaram das reuniões de DP, que declaram:

“Ainda tem muitas casas sem tratamento (coleta) de esgoto, vai tudo parar no rio” (pescador de Cananeia falando sobre o esgoto que é despejado no córrego Olaria, que corta os bairros de Acaraú e Carijó).

“Não se pode voltar a pescar no canal do Valo Grande porque ainda jogam esgoto nele, é menos agora, mas ainda jogam” (pescador de Iguape, a favor da lei de proibição de pesca no canal do Valo Grande – Portaria IBAMA Nº 01/99, pois acredita ser local de despejo de esgoto dos bairros Vila Garcez e Rocio).

A fábrica além de trazer o peixe de Santa Catarina, deixa o fedor na comunidade e o esgoto no Ribeira (pescador de Iguape, sobre o esgoto no rio Ribeira, despejado pela fábrica de salga de peixe na comunidade de Costão dos Engenhos, Iguape).

Vários fatores devem ser ponderados com relação às questões de saneamento básico, entre elas: i) grande parte das comunidades atendidas no diagnóstico encontra-se localizadas em Áreas de Proteção Permanente (APP) onde não é permitida a instalação de infraestrutura de saneamento (CETESB, 2012); ii) muitos proprietários de segunda residência não têm interesse em ligá-las à rede coletora

solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados” (SABESP, 2012).

³⁶ Percentual abaixo da média dos municípios do litoral paulista que é de 56%.

³⁷ O ICTEM leva em conta que 100% do esgoto coletado no município é tratado. Considera também a eficiência do tratamento e relaciona esses dados com o tamanho da população urbana,

de esgotos; iii) sobrecarga de todo o sistema de saneamento básico durante a alta temporada³⁸.

Em Ilha Comprida são comuns relatos sobre a falta de fornecimento de água e o mau cheiro em períodos de maior incidência de turistas no município, corroborando dados da CETESB (op.cit.) que apontam haver coleta de esgoto somente em 38% dos domicílios e taxa de população flutuante chegando a mais que o dobro da população fixa. Em Cananeia, 2556 domicílios de área urbana se encontram em situação de esgoto a céu aberto (CENSO 2010), o que se dá principalmente pela não ligação das residências à rede existente.

Segundo as conclusões do relatório de situação de recursos hídricos da UGRHI 11 (UGRHI-11, 2011), para as áreas turísticas é recomendado estudar a dinâmica da população flutuante³⁹, de forma a poder melhor atender às necessidades de serviços públicos, intensificando o esforço de melhora dos índices de coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos.

A falta de saneamento básico foi levantada na matriz de problemas, durante o DP, em todas as comunidades localizadas na zona rural.

Apesar de a região possuir um nível de abastecimento de água relativamente satisfatório (um pouco mais baixo em comparação ao nível estadual⁴⁰), foi comum ouvir dos participantes do DP o problema da falta de abastecimento, sendo necessária a captação de água em poços artesianos e nos rios. A situação se dá em razão da dificuldade do atendimento nessas áreas, devido à grande extensão territorial dos municípios e à dispersão dos domicílios⁴¹.

³⁸ Os municípios do litoral sul apresentam índice de população flutuante que varia entre cerca de metade ao dobro da população fixa CETESB (2011).

³⁹ Metodologia não considera os numerosos turistas que vão para o litoral apenas para passar o dia e retornam para sua cidade de residência à noite (CETESB, 2012).

⁴⁰ Nível de atendimento em abastecimento de água (%): Iguape – 87,87; Cananeia – 95,80; Ilha Comprida – 88,75; Estado – 97,91 (SEADE, 2010).

⁴¹ Segundo a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde, responsável pelas ações de saneamento em áreas rurais para quilombolas, assentamentos rurais e populações ribeirinhas), 46% dos domicílios rurais em SP apresentam outras formas de abastecimento de água, devido a fatores demográficos (concentração de grandes propriedades e

Os dados do relatório de situação de recursos hídricos da UGRHI 11 (UGRHI-11, 2011) confirmam que a coleta e o tratamento de esgotos e de resíduos sólidos domésticos ainda são deficientes na zona rural e periurbana do Vale do Ribeira, causando poluição em boa parte da bacia. Segundo o relatório, essa deficiência se dá pela forma de ocupação do território, com muitos e pequenos agrupamentos populacionais. E acrescenta, para o esgotamento sanitário:

Desta maneira, são inviáveis economicamente a coleta e o tratamento convencional, tornando-se necessárias soluções alternativas para disposição de esgoto, incluindo soluções coletivas para os maiores aglomerados (UGRHI 11, 2011 p.58).

Na maior parte das vezes, nos casos em que não há rede coletora de esgoto, a alternativa de esgotamento utilizada é a fossa rudimentar (FUNASA, 2012).

O relatório (UGRHI-11, op.cit.) reforça a necessidade de se proporem medidas viáveis para que os municípios efetuem a ligação desses domicílios.

Segundo a Superintendência Estadual da FUNASA em São Paulo (SUEST/SP) estão sendo executadas obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) no Vale do Ribeira, incluindo o município de Cananeia, onde está previsto a construção de módulos sanitários, banheiros, instalações de reservatório domiciliar de água, com adaptações para serem ligadas à rede pública de água e esgoto, quando disponíveis, ou a fossas sépticas, destinadas principalmente para as comunidades remanescentes quilombolas (FUNASA, 2012).

Os municípios do litoral sul serão contemplados com o Programa Estadual Água é Vida (Decreto Nº 57.479/2011) da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, destinado à execução de obras e serviços de infraestrutura que visam a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico em localidades de pequeno porte predominantemente ocupadas por população de baixa renda, como previsto pelo Plano

dispersão de domicílios), geológicos (disponibilidade de água subterrânea), e ausência ou insuficiência de sistemas públicos de abastecimento.

Plurianual Estadual 2012-2015, segundo a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE, 2012).

A falta, irregularidade e/ou precariedade do sistema de coleta de lixo, que acabam poluindo as praias e rios, foi outra das preocupações durante as reuniões de DP. Foram inúmeras as falas sobre a contaminação por conta do lixo jogado pelos turistas e moradores:

“A gente vê o lixo sendo jogado no rio pelos vizinhos, vem tudo na rede...” (pescadora de Iguape).

“A praia no verão fica suja, a prefeitura só limpa o Boqueirão, onde tem concentração de turista” (pescador de Ilha Comprida).

“Falta conscientizar o turista e o morador” (pescador de Cananeia).

Segundo o Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR) o destino dado às 17,8T diárias de lixo produzido nos municípios do litoral sul é considerado entre adequado e controlado (CETESB, 2011). Cabe destacar que a região não possui aterro sanitário municipal, sendo necessário o envio dos resíduos a outros municípios. Em Cananeia os resíduos coletados são destinados ao município vizinho, Pariquera-Açú, enquanto que Iguape e Ilha Comprida os dispõem em um aterro particular no município de Caieiras/SP.

Ainda sobre o processo de destinação de resíduos, houve reclamações sobre a disposição irregular de lixo próximo a residências. Os participantes denunciaram o acúmulo e a queima de lixo, provocando mau cheiro e a poluição dos corpos d’água no local de transbordo dos resíduos sólidos.

Outro problema identificado pelos participantes é a irregularidade na coleta de lixo. Segundo informações dos técnicos da CETESB da agência ambiental de Registro/SP, a justificativa é que devido aos municípios apresentarem grandes extensões territoriais, a coleta é realizada com frequências distintas, entre diária a quinzenalmente, de acordo com a região e com a concentração de moradores.



Figura IV.5-1 - Local identificado pelos participantes onde ocorre o transbordo do lixo na comunidade de Rocio, em Iguape.



Figura IV.5-2 - Problema de poluição hídrica por falta de saneamento básico na comunidade Vitória em Ilha Comprida.

Para os resíduos sólidos, o relatório de situação de recursos hídricos da UGRHI 11 (UGRHI-11, 2011) aponta a necessidade de apoio à solução da disposição final aos municípios, segundo o que rege a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, instituindo a médio e longo prazo um planejamento de consórcios para viabilizar soluções coletivas do problema.

O estado de São Paulo, em agosto de 2012, apresentou um plano de universalização dos serviços de saneamento básico, em consonância com a Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445/07). As metas são atingir a universalização em todo o estado até 2020, e nos municípios do litoral até 2018 (O EMPREITEIRO, 2012).

Contudo não foram identificadas políticas públicas municipais para a questão de saneamento básico, mesmo sendo uma das regiões que mais recebem ICMS Ecológico⁴² do estado, como mencionado no item **IV.4 – Gestão Ambiental do Território**. Sobre esta questão cabe destacar que a finalidade deste recurso é fazer com que os municípios busquem medidas de preservação, conservação e saneamento básico, adotando tecnologias simples e que garantam benefícios socioambientais das comunidades.

Observou-se durante a realização do DP que os repasses de ICMS Ecológico aos municípios não são de conhecimento da maioria

42 Ao todo os municípios do litoral sul receberam em 2011 um acumulado de R\$ 9.762.350,83 (SMA/CPLA apud ICMS Ecológico, 2012).

dos grupos e que não há um processo de planejamento local com vistas à gestão ambiental, com ações municipais complementares para otimização e efetivação do atendimento à demanda em saneamento básico nessas comunidades.

Para Loureiro (s/d) o ICMS Ecológico não é um instrumento que tem fim em si mesmo, mas é um meio para que se chegue a determinados fins e, embora possa por si só contribuir para a solução de determinados problemas ambientais, deve, sempre que possível ser utilizado em articulação com outras ferramentas, especialmente potencializando as políticas públicas ambientais já em andamento no Estado.

IV.6 - Aspectos socioeconômicos

Neste item busca-se analisar as dificuldades e conflitos enfrentados pelos grupos atendidos no DP quanto ao acesso às políticas públicas regionais voltadas à melhoria socioeconômica, bem como suas potencialidades.

As principais atividades econômicas dos participantes do DP estão relacionadas à pesca, à agricultura (em menor grau), ao extrativismo vegetal e ao turismo. A cadeia produtiva do petróleo e gás também é tratada neste item. A pesca foi analisada no item IV.3 - Cadeia produtiva da pesca artesanal.

A cultura caiçara presente em todo o litoral sul, apesar de ter suas atividades típicas impactadas pelas restrições ambientais e pelo setor econômico do turismo, mantém várias de suas características. As comunidades manifestam o interesse em realizar algumas das atividades típicas da cultura, o que apresenta grande potencial para a melhoria das condições de vida. Nesse sentido, os caiçaras expressaram o desejo de seguir praticando a agricultura e o extrativismo vegetal, além de retomar a tradição das festas, e com isto aumentar o potencial de geração de renda e ganhos econômicos.

Na definição de culturas tradicionais, está intrínseca a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais, marcado

pelo respeito aos ciclos da natureza e pela sua exploração, observando-se a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esse sistema não visa somente à exploração econômica dos recursos naturais, mas revela a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Com relação à agricultura, durante a realização do DP, foram apontadas na matriz de problemas, como principais impedimentos: i) dificuldade de inserção nas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural; ii) falta de apoio em infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização; iii) falta de assistência técnica; iv) dificuldades de acesso ao crédito rural; v) conflitos de acesso à terra, motivados pela existência das unidades de conservação de proteção integral e grilagem.

A região é atendida pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesqueira (ATERP), prestada pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em parceria com as prefeituras. A CATI está vinculada ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Registro e realiza o atendimento (capacitação e incentivo ao associativismo), incluindo o acesso ao crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), acessado por agricultores e pescadores.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), formado por representantes do poder público e sociedade civil têm o objetivo de manter contato rotineiro com os produtores rurais e pescadores para atender às demandas dos setores produtivos. O baixo envolvimento e participação da maioria das comunidades envolvidas no DP são comuns em relação aos demais moradores, em todos os municípios.

Algumas famílias dos grupos em diagnose participam da feira do produtor rural. Em Iguape, há conflitos com prefeitura, reivindicando-se melhorias em infraestrutura e serviços públicos (local para instalação definitiva da feira do produtor, melhoria das

barracas, manutenção de estradas rurais, apoio na logística de transporte), além de regulamento que preserve o direito de uso do espaço da feira ao longo de todo ano. A Prefeitura aprovou projeto de compra e adequação das barracas para a feira do produtor rural, em 2006, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁴³. Em Cananeia, há participação das famílias a feira do produtor direcionada à venda de produtos orgânicos, apoiadas pela Rede Cananeia⁴⁴.

Com relação à prática de extração de produtos vegetais, a maioria das comunidades levantou durante o DP a necessidade de regularizar atividades como o manejo sustentável de espécies de palmito Juçara (*Euterpe edulis*), Caixeta (*Tabebuia cassinoides* (Lam.)), musgo Veludo (*Sphagnum* sp.), samambaia silvestre (*Rhumora adiantisformis*) e Fofão (*Syrrhopodon elongatus*). Os grupos afirmam que a prática da coleta desses produtos era comum na região antes das restrições ambientais e destacam sua importância para o incremento da renda familiar. Alegam dificuldade em receber informação sobre o licenciamento ambiental, problemas de acesso a financiamentos, além da falta de apoio dos órgãos públicos, principalmente dos órgãos ambientais (IBAMA e Fundação Florestal).

No município de Ilha Comprida identificou-se intensa prática da coleta de espécies de musgo e samambaia, realizada por um grande número de famílias que participaram do processo de diagnose, muitas delas associadas à Associação dos Manejadores das Plantas Nativas da Ilha Comprida (AMPIC), instituição criada em 1999 por iniciativa da Prefeitura Municipal, com objetivo de legalizar a atividade praticada por famílias de baixa renda, que tinham no comércio de samambaia

⁴³ Convênio MDA – n. 568459

⁴⁴ ONG que fomenta ações geradoras de renda e de economia solidária, além do desenvolvimento da atividade de turismo rural de base comunitária, iniciado nas comunidades com a constituição do Circuito Turístico da Agricultura Familiar em Cananeia – CTAF. Concebido no âmbito de um plano de desenvolvimento local (Fortalecimento da agricultura familiar em Cananeia: agroecologia, geração de renda e gestão compartilhada), o CTAF seria o fruto de ações destinadas a diagnosticar as condições de acolhida em meio rural, a melhorar as estruturas existentes e a capacitar as famílias rurais interessadas em investir no turismo rural. Elaborado pelas ONGs Gaia Ambiental e Comunidade Ativa, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o planejamento realizado teve seu maior desenvolvimento entre 2005 e 2006, associado ao plano municipal de desenvolvimento da agricultura familiar (MORUZZI & NAREZI, 2008).

silvestre sua principal fonte de sobrevivência e que foram colocadas na clandestinidade devido às restrições da legislação ambiental (LIZUKA, 2011).

Problemas originados na formação da associação são causa da relação conflituosa entre os produtores, a AMPIC, a prefeitura municipal e o atravessador local. Questionam-se as regras estabelecidas pelo estatuto da associação de que a venda da samambaia seja feita exclusivamente à prefeitura que, portadora da licença do IBAMA, se encarrega do escoamento e comercialização, o que favorece uma relação de dependência dos extratores para com a prefeitura.

“O atravessador explora a gente, paga pouco pelos maços de samambaia” (extratora de Ilha Comprida).

“Toda comunidade vive com medo de perder a licença porque está no nome da prefeitura. Difícil sabe... porque é disso que vivemos” (extratora de Ilha Comprida).

Os grupos, durante a realização do DP, também reconhecem como caminhos para desenvolver as atividades tradicionais em suas comunidades a realização de ações conjuntas para o fortalecimento da organização social e o estreitamento do diálogo entre comunidades e com os órgãos públicos e outras instituições envolvidas, facilitando a regulamentação do manejo sustentável de espécies vegetais e melhorias na comercialização dos produtos.

O turismo é entendido como potencialidade pelos participantes do DP, mas também como atividade que resulta em uma série de problemas, inclusive ambientais. A atividade é uma das bases da economia regional e em todos os municípios se dá como agente desencadeador dos processos de urbanização. A BR-116 (rodovia Régis Bitencourt) é o principal acesso aos três municípios do litoral sul. A ampliação da infraestrutura, que teve como objetivo ligar São Paulo aos parceiros econômicos do sul do país favoreceu o desenvolvimento turístico no litoral sul, mesmo que mais lentamente em comparação ao restante do litoral paulista (NUNES, 2003). Uma das características é o turismo de segunda residência, fato

evidenciado pelos índices de domicílios de uso ocasional nos três municípios da região⁴⁵.

A maioria das comunidades participantes do DP aponta como empecilho à melhor inserção na atividade: i) falta de capacitação dos moradores para o turismo receptivo e monitoria ambiental, inclusive nas unidades de conservação de proteção integral que deveriam envolver a comunidade local na atividade turística; ii) falta de divulgação dos atrativos turísticos das comunidades; iii) falta de integração entre as comunidades para oferta dos diferentes serviços (culinária caiçara, artesanato, passeios) e iv) falta de política pública de valorização da cultura caiçara, o que impacta negativamente:

“O caiçara é influenciado pelos turistas... os jovens já sentem vergonha da sua cultura e preferem valorizar o que vem de fora” (caiçara de Iguape).

“Antes era vergonhoso não ajudar o amigo no mutirão... hoje em dia é cada um por si e Deus por todos, já não existe mais companheirismo” (pescador de Ilha Comprida)

Nota-se transformações culturais nessas populações, levando a perda ou limitação em algumas atividades que eram típicas da cultura caiçara, como os mutirões, as festas tradicionais religiosas, a confecção de canoas, artesanatos e fabrico de farinha. Isso se manifesta no desejo atual dos participantes para retomar essas atividades e o fato de ainda entendê-las como potencial para a melhoria das condições de vida.

“Aqui todo mundo gosta do fandango, a gente queria ensinar as crianças a tocar os instrumentos... mas falta recurso... precisamos de incentivo da prefeitura ou de algum projeto porque daqui um tempo a tradição vai cair no esquecimento” (Caiçara de Cananeia).

“Quem não gosta de comer uma moqueca de manjuba (culinária caiçara)? O turista vem pra cá para conhecer nossa cultura” (caiçara de Iguape).

Desta forma, observa-se nos caiçaras, pescadores artesanais e quilombolas do litoral sul que tomaram parte no DP a vontade de incorporar as novas atividades relacionadas ao turismo, como

⁴⁵ Em Iguape 23% do total de domicílios particulares recenseados são de uso ocasional; em ilha Comprida 62% e; em Cananeia 24%. (CENSO 2010)

possibilidade de alternativa de renda e, portanto, estratégia de sobrevivência. Para a maioria dos grupos tradicionais o turismo aparece como potencial sempre associado à cultura, pois entendem que o conhecimento da mata, do mar, e do lugar pode ser aproveitado para guiarem os turistas nas trilhas, cachoeiras e estuário. Além da culinária caiçara, farinha e artesanato que acreditam ter um grande potencial de venda aos turistas gostariam de retomarem as festas ou fortalecê-las no caso das comunidades que já a praticam⁴⁶.

Sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo nos municípios do litoral sul, identificou-se o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FUNDESVAR), vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, em parceria com outras seis secretarias de Estado (Planejamento e Desenvolvimento Regional, Fazenda, Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente, Emprego e Relações de Trabalho, Justiça e Defesa da Cidadania) que atua no financiamento a pequenos empresários e prefeituras da região, em projetos de estímulo à geração de emprego e renda. Além das áreas de agronegócio e mineração, os projetos em turismo apresentam os segmentos: ecoturismo, turismo rural, turismo de eventos, turismo cultural, turismo histórico, turismo de pesca amadora, turismo náutico e turismo de aventura. Segundo informações da FUNDESVAR, está em fase de elaboração na região o Censo da Economia Verde, executado pela *Made in Forest*, uma rede global de economia verde, que visa identificar todos os atores "ambientalmente e socialmente responsáveis" no Vale do Ribeira, para elaborar propostas de oportunidades de negócios verdes em cada município, de acordo com as vocações e potencialidades individuais e também no conjunto do FUNDESVAR.

⁴⁶ A comunidade do Mandira tem tido no turismo de base comunitária uma fonte complementar de renda e a inserção de jovens e mulheres na atividade econômica, com recepção de grupos organizados, sobretudo escolares, com apresentação da comunidade, visita aos viveiros de ostras, à cachoeira e à igreja, oferta de refeição e venda de artesanato. Anualmente é realizada a Festa da Ostra, que recebe milhares de visitantes.

Um último ponto se refere à cadeia produtiva do petróleo e gás e um aspecto importante é a questão dos *royalties*. O aumento na arrecadação dos municípios, abre a possibilidade de direcionamento dos recursos à implementação de políticas locais que gerem benefícios às comunidades. Apesar da aplicação dos *royalties* ser de responsabilidade da prefeitura municipal e, portanto, se limitar ao território municipal, o recebimento do benefício extrapola os limites municipais e por isso é importante ser abordado no contexto regional.

O repasse de *royalties* no litoral sul apresentou alta expressiva em 2010, representando entre 3 e 10% do orçamento anual das prefeituras em 2011 (ANP, 2012). Todos os municípios recebem os benefícios das atividades dos empreendimentos marítimos da Bacia de Santos, que no acúmulo do ano de 2011, geraram um total de R\$ 8.521.985,25⁴⁷.

De maneira geral, foi comum aos participantes desconhecer a compensação financeira da cadeia de petróleo e gás e todos os grupos demonstrou surpresa ao serem informados que a prefeitura recebia um valor mensalmente relacionado à exploração de gás da plataforma de Merluza (*royalties*). Houve demonstração de descrença e descrédito para com o poder público municipal, quanto à destinação dos recursos pelas prefeituras, além de levantar problemas da falta de informação e de comunicação adequada às comunidades. De acordo com depoimentos⁴⁸ e documentos⁴⁹ apresentados por representantes dos poderes públicos municipais, os recursos estão sendo aplicados em manutenção de infraestruturas viárias (estradas rurais), em dívida ativa da União e em saneamento básico.

De uma forma geral, o tema suscitou um debate entre os participantes que se interessaram muito pelo assunto. No entanto, as pessoas não sabiam como acessar informações sobre sua aplicação, se poderiam ter benefícios para a comunidade custeados por esse

⁴⁷ Ilha Comprida em 2012 tem o valor acumulado até outubro/12 de R\$ 41.297.101,58, significando valor expressivo frente ao orçamento municipal em 2011, de R\$36.812.790,00 (ANP, 2012).

⁴⁸ Relato da prefeita municipal Maria Elisabeth Negrão Silva, na reunião com a equipe da Walm sobre o PEA-SP

⁴⁹ Informações da Câmara Municipal de Ilha Comprida (Ofício n. 094/2012/GP).

dinheiro (pavimentação de estradas; iluminação pública, construção de escolas e creches, posto de saúde, entre outros).

A informação pela equipe de que todo cidadão tem direito de saber sobre a destinação dos recursos dos *royalties* estimulou a reflexão sobre a necessidade de melhorar a organização social e fortalecer as organizações já existentes com vistas a reivindicar a melhor aplicação do benefício.

Portanto, a falta de informação sobre os *royalties* e sua aplicação foi um dos problemas socioambientais identificados durante o DP e pode ser considerado indiretamente relacionado à cadeia produtiva do petróleo e gás, posto que a responsabilidade de distribuição, fiscalização e informação sobre o benefício é da ANP.

V. ANÁLISE MUNICIPAL

Este item trata das especificidades dos municípios que compõem o Litoral Sul, destacando-se os principais problemas e impactos causados pela cadeia produtiva de petróleo e gás (P&G), os impactos socioambientais não associados à referida cadeia produtiva, destacando ainda as principais potencialidades. Todos os resultados estão pautados pela percepção dos sujeitos prioritários que participaram do diagnóstico associada à análise de dados publicados e projetos em execução na região. O detalhamento dos três municípios segue anexo a este relatório e contém os resultados e análise processual do DP (**Anexos III a V**).

De maneira geral, o levantamento de problemas relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás foi similar entre municípios no que se refere aos principais pontos destacados pelos participantes. Os três municípios não possuem empreendimentos terrestres e todos são área de influência do empreendimento Polo Merluza (PMLZ-1), desta forma, o vínculo com o empreendimento marítimo se dá exclusivamente pelo recebimento de *royalties*. Durante a realização das reuniões foram destacadas principalmente preocupações pelo impacto no recebimento de *royalties*, pois as comunidades não se

sentem beneficiadas na aplicação desse recurso. Outro problema se refere à preocupação por potenciais vazamentos nos empreendimentos marítimos da Bacia de Santos, sendo destacada a falta de informação sobre a estratégia de gestão de risco ambiental pela empresa produtora.

V.1 – Iguape

No município de Iguape trinta e sete comunidades⁵⁰ participaram do DP agrupadas em seis núcleos de acordo com a proximidade, as relações sociais e de trabalho.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás são predominantes e estão relacionados às restrições no uso dos recursos naturais, provocada pela criação das unidades de conservação de uso restrito e pela lei da Mata Atlântica; à pesca predatória, que prejudica a atividade pesqueira artesanal; e à baixa remuneração dos pescadores artesanais, pela dependência de intermediários. Estes problemas acarretam conflitos entre os caiçaras e os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores (Fundação Florestal) da ESEC Jureia-Itatins e da ESEC Chauás; conflitos entre os pescadores artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal) e gestores (IBAMA) da APA CIP; e, por fim, entre os pescadores artesanais, a prefeitura municipal e a Colonia de Pesca Z-07 “Veiga Miranda”.

Vale destacar que o problema causado com a abertura da barragem do Valo Grande foi o mais destacado pelas comunidades, sendo identificados conflitos entre comunidades, com opiniões diferentes sobre sua abertura ou fechamento⁵¹.

A pesca foi indicada como a principal potencialidade para as comunidades pesqueiras do município apesar de todos os problemas e fragilidades identificados para a atividade. As comunidades também citam o extrativismo vegetal como um potencial e uma alternativa

⁵⁰ Comunidades caiçaras, pescadores artesanais e quilombolas.

⁵¹ As comunidades caiçaras ribeirinhas (Núcleo 3), forma contrárias ao fechamento da barragem por sofrerem problemas de enchentes, e, as demais comunidades do município, a favor do fechamento por possibilitar o retorno do equilíbrio nos ecossistemas envolvidos e a redução dos impactos causados pela sua abertura.

para a pesca artesanal, mesmo tendo apresentado fragilidades referentes à obtenção de licença para a atividade. Outras atividades típicas da cultura caiçara são vistas como potencialidades: o artesanato, a fabricação artesanal de farinha de mandioca, a culinária caiçara e as festas típicas das vilas de pescadores. O desenvolvimento dessas atividades como fonte geradora de renda está associado ao turismo, pois o turista é o potencial consumidor dos produtos da cultura local.

O turismo também é visto como potencialidade, atrelado à exploração dos atrativos naturais, das trilhas, manguezais e praias, sendo assim pensado como ecoturismo e turismo náutico. Grande parte dos participantes desenvolvem atividades nesses setores, com a venda de isca viva ou como piloteiros de barcos. O detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades levantados pelo processo de diagnóstico participativo no município é apresentado no **Anexo III - Relatório Municipal de Iguape.**

V.2 – Ilha Comprida

Em Ilha Comprida dezenove comunidades, formadas por caiçaras e pescadores artesanais, participaram do DP agrupadas em dois núcleos também de acordo com proximidade, as relações sociais e de trabalho.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás estão principalmente associados à APA Ilha Comprida (APA IC), em razão das restrições no uso dos recursos naturais na área definida pelo zoneamento como zona de vida silvestre (área com maiores restrições dentro da unidade que é de uso sustentável). Também foram identificados problemas relacionados ao processo de urbanização turística do município e à realização da atividade pesqueira não artesanal, resultando em conflitos entre os pescadores artesanais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Ambiental) e gestores (Fundação Florestal) da APA IC; entre os pescadores artesanais e a prefeitura municipal e também entre os

pescadores artesanais e os industriais, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e APA Marinha Litoral Sul).

O turismo é visto como principal potencialidade, estando atrelado á alternativas de geração de renda nas comunidades por meio da prestação de serviços como caseiros, diaristas e em pequenos comércios. Também foram destacados vínculos com a exploração dos atrativos naturais, como trilhas, dunas, manguezais e praias, enquadrando-se como ecoturismo e turismo náutico, setores em que grande parte dos participantes do DP desenvolve atividades (vendendo isca viva e como piloteiros de embarcações de pesca e de passeio). Outras atividades vistas como potencialidades são típicas da cultura caiçara: o artesanato e a fabricação cachaça à base de folhas de Cataia, sendo esta segunda atividade típica na comunidade de Pedrinhas, Núcleo 1. Percebe-se que tais atividades são fontes de geração de renda e estão associadas ao turismo, pois como nos demais municípios, o turista é o potencial consumidor dos produtos da cultura local.

A pesca também foi identificada como potencialidade para as comunidades município, embora haja diversos problemas/ fragilidades na atividade, como levantado durante o DP, e ainda que boa parte dos participantes pratiquem outras atividades paralelamente à pesca. Outra potencialidade identificada se refere ao extrativismo vegetal, que atualmente é a principal renda ou complementar, em muitos casos, de um alto número de famílias das comunidades em diagnose, especialmente nas comunidades de Praia do Castelo e Vila Nova. Entretanto, devido ao baixo nível de organização apresentado pela AMPIC, organização local dos coletores de musgo e samambaia silvestre, esta a atividade apresenta fragilidades ao seu desenvolvimento⁵².

⁵² Foram relatados problemas sobre a questão da obtenção de licença para a atividade e sobre a baixa remuneração pelo produto coletado, resultando em conflitos entre os extrativistas, o órgão detentor da licença ambiental (Prefeitura Municipal) e o intermediário.

Para detalhamento sobre os problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo IV - Relatório Municipal de Ilha Comprida**.

V.3 - Cananeia

Em Cananeia, vinte e cinco comunidades que participaram do DP, agrupadas em cinco núcleos, são na maioria formadas por pescadores artesanais que se autoidentificam como caiçaras, com exceção das comunidades localizadas no Núcleo 3⁵³. Das sete comunidades quilombolas do município, a que apresenta maior nível de organização social é o quilombo do Mandira⁵⁴, onde as famílias possuem como principal fonte de renda o manejo de ostra e a atividade de artesanato. Com relação à cultura caiçara, algumas comunidades de Cananeia apresentam a tradição do Fandango, um gênero musical típico associado ao modo de vida das comunidades tradicionais e vinculado a momentos de socialização desses grupos. Foram identificados durante a execução do DP, fandangueiros nas comunidades de Ariri, São Paulo Bagre, Agrossolar e Acaraú.



Figura V.3-1 - José Pereira – fandangueiro da comunidade de Ariri.



Figura V.3-2 - Grupo Violas de Ouro – comunidades de São Paulo Bagre, Agrossolar e Acaraú.

Os problemas socioambientais não relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás estão relacionados às restrições no uso dos recursos naturais decorrentes da criação das unidades de

⁵³ O Núcleo 3 de Cananeia, se considera caiçara, porém exerce múltiplas atividades, algumas voltadas principalmente à agricultura.

⁵⁴ As demais comunidades, Porto Cubatão, São Paulo Bagre, Taquari, Varadouro, Ariri e Santa Maria, também desenvolvem atividades tipicamente caiçaras, entre pesca e agricultura, destacando-se também a atividade de artesanato. Porém todas as atividades são desenvolvidas principalmente de maneira individualizada.

conservação de uso restrito e da lei da Mata Atlântica; ao processo de expulsão dos moradores de comunidades do entorno do PEIC (agrupadas no Núcleo 2) pela Estação Quarentenária de Cananeia (EQC), criada na época da ditadura militar (Decreto Presidencial N.º 69.522/71) e reativada em 2009; ao ordenamento da atividade pesqueira e à realização da pesca predatória (industrial). Tais problemas resultam em conflitos entre os diferentes grupos sociais, os órgãos fiscalizadores (Polícia Florestal e Ambiental) e gestores (Fundação Florestal) do PEIC e Parque Estadual Lagamar de Cananeia; entre os caiçaras e os gestores da EQC; entre os pescadores artesanais e os gestores (ICMBio) da APA CIP e por fim entre os pescadores artesanais e os industriais, bem como os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo (Polícia Ambiental, Marinha e APA Marinha Litoral Sul).

A pesca foi identificada como a principal potencialidade para as comunidades pesqueiras do município ainda que existam os problemas/ fragilidades levantados durante o DP. As comunidades também citam o extrativismo vegetal como um potencial e uma alternativa para a pesca artesanal, embora reconheçam como fragilidade a burocracia para a obtenção de licença para o desenvolvimento da atividade. Outras atividades típicas da cultura caiçara também são vistas como potencialidades: o artesanato, a agricultura, a culinária caiçara e as festas típicas realizadas ao ritmo do fandango. O desenvolvimento dessas atividades como fonte geradora de renda em parte está associado ao turismo, uma vez que o turista é o potencial consumidor dos produtos da cultura local, como exemplo a atividade de turismo de base comunitária desenvolvido pelas comunidades da zona rural (Núcleo 3). Contudo, nota-se a tradicionalidade presente nos grupos, portanto a valorização da cultura caiçara está vinculada também à preservação do modo de vida desses moradores.

O turismo também é visto como potencialidade, atrelado à exploração dos atrativos naturais, como ilhas, trilhas, manguezais e

praias e assim pensado como ecoturismo e turismo náutico, visto que grande parte dos participantes desenvolvem atividades nesse setor (venda de isca viva e piloteiros de barcos).

Para o detalhamento dos problemas, conflitos e potencialidades do município consultar o **Anexo V - Relatório Municipal de Cananeia**.

VI – SUBSÍDIOS E DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PEA-SP

O último item deste relatório, cumprindo as metas 6 a 9 do plano de trabalho⁵⁵, apresentam os temas prioritários para o PEA-SP, elaborados a partir do resultado do trabalho realizado em campo com os diferentes grupos sociais em diagnose, quando foi possível a aproximação entre a equipe técnica e os participantes, o que promoveu um debate coletivo fecundo. Foram considerados para a elaboração dos temas:

- As informações levantadas no DP, tendo como referência os *caminhos comuns* identificados;
- Que o PEA-SP... *“deverá reafirmar o papel estratégico da organização e da participação da coletividade, na gestão dos recursos naturais e na busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com a Constituição Federal”* (IBAMA, 2005:6);
- Que os projetos socioambientais deverão *“viabilizar a participação qualificada dos grupos sociais afetados pelo processo de licenciamento, bem como de proporcionar meios para a produção, aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais e na aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental”* (IBAMA, 2005:6).

⁵⁵ Meta 6 - Definir uma agenda comum de temas e ações em educação ambiental por região; Meta 7 - Apresentar os temas prioritários de educação ambiental por grupo social/comunidade de cada região; Meta 8 - Hierarquizar os temas prioritários de educação ambiental por grupo social/comunidade de cada região; Meta 9 - Relatar temas prioritários de educação ambiental em conformidade com as linhas de ação preconizadas na Nota Técnica CGPEG/IBAMA nº1/10.

Tendo como ponto de partida as informações levantadas nas reuniões, os temas priorizados foram agrupados em subtemas do tema principal, **organização comunitária** (Quadro VI.1), principal demanda em todos os municípios.

Os grupos sociais participaram intensamente das atividades para priorização dos temas. Houve enorme satisfação dos participantes que expressaram livremente sua opinião, fazendo valer o seu direito como cidadão. Muitos foram enfáticos na defesa da relevância do tema escolhido, procurando, de maneira descontraída, convencer os pares de sua importância.

Quadro VI.1 - Temas socioambientais priorizados no Litoral Sul

Fortalecimento da organização comunitária visando o (a):

- Conhecimento e compreensão da legislação ambiental e estreitamento do diálogo com órgãos públicos (Fundação Florestal, IBAMA e prefeituras);
- Formação de lideranças para os fins de representatividade, incluindo a participação nos conselhos municipais;
- Desenvolvimento da atividade de pesca artesanal, extrativismo, agricultura e turismo através do associativismo e cooperativismo e com a obtenção das licenças ambientais necessárias às atividades;
- Resolução de problemas de regularização fundiária
- Valorização da cultura caiçara
- Participação qualificada nos processos de licenciamento de petróleo e gás
- Participação na gestão de royalties

Dado a similaridade entre os grupos, os temas formulados foram muito semelhantes entre as comunidades⁵⁶. Todos os grupos apontaram a necessidade de formação de líderes comunitários e o fortalecimento das organizações locais:

“Não adianta o líder ir lá na prefeitura brigar sem apoio da comunidade... se acomodam sabendo que tem um lá que dá a cara, mas isso no final não resolve o problema da gente” (quilombola de Cananeia).

Tal prioridade se coaduna às orientações pedagógicas do IBAMA:

“O Programa de Educação Ambiental deverá garantir a participação dos diferentes atores sociais, afetados direta ou indiretamente pela

⁵⁶ O detalhamento dos temas socioambientais priorizados pelos 13 núcleos do litoral sul está nos anexos de descritivo do DP por comunidade que acompanham os relatórios municipais.

atividade objeto do licenciamento, em todas as etapas do processo. Deverá, ainda, proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades e contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como, na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico, natural e sociocultural)” (IBAMA, 2005:8).

Os grupos abrangidos pelo diagnóstico (caiçaras e quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares), definidos no PEA-SP como sujeitos prioritários do processo educativo, desejam seguir mantendo a tradição da cultura caiçara e o seu modo de reprodução social e econômica. Reconhecem que o meio para viabilizar tal intento demanda organização coletiva, fato que pode ser observado na construção das matrizes, no apontamento das fragilidades, nos depoimentos e falas. Também testemunham tal fato as reações dos participantes quando da exibição do vídeo *Tree Lead India* (ver **Anexo II**) e a reflexão presente nas atividades lúdicas que associavam as conquistas do grupo à união, organização e perseverança. Desta forma, justifica-se a priorização do tema relacionado ao fortalecimento da organização social local, seja ela formal ou não, com objetivos diversos e complementares para todos os grupos no litoral sul.

Os conteúdos do PEA-SP devem tratar dos direitos fundamentais destes grupos e favorecer o conhecimento da legislação referente ao meio ambiente, à pesca e ao extrativismo vegetal, o que contribuirá para o processo de fortalecimento e para a tomada de decisão. O domínio da legislação ambiental, naquilo que diz respeito aos grupos, é essencial e deve refletir positivamente no diálogo e no estreitamento da relação entre os grupos sociais e os órgãos responsáveis pelo ordenamento marítimo e terrestre, minimizando os conflitos socioambientais vinculados à gestão.

Com relação aos *royalties*, são necessários conhecimentos fundamentais para a compreensão do seu funcionamento e de suas potencialidades. No ano de 2012 houve um aumento expressivo deste

repassse, principalmente pelo município de Ilha Comprida, que no mês de abril recebeu em *royalties* o equivalente a 79% do orçamento anual da prefeitura de 2011. Mesmo com significativa redução nos meses seguintes, sua representatividade é de 5,5% do orçamento anual da prefeitura. Soma-se a este fato a previsão de crescimento na arrecadação em Iguape e Ilha Comprida em função do início da operação de Baúna e Piracaba pela PETROBRAS e de maneira geral, pela prospecção de crescimento da atividade de petróleo e gás, inclusive de outras empresas, a partir da operacionalização de novos empreendimentos marítimos na Bacia de Santos.

Também se vislumbra como necessária a formação em associativismo e cooperativismo, ferramentas que possibilitam ao grupo a gestão de sua produção e contribuem na busca de alternativas coletivas que solucionem a dependência de intermediários na etapa de comercialização da produção, que facilitem a aquisição de insumos e que possibilitem o recebimento de incentivos ou subsídios.

“Aqui nada vai pra frente enquanto o povo não ver as vantagens de ser unido” (extrativista de Ilha Comprida).

Como já relatado, algumas comunidades não possuem qualquer tipo de organização formal, sendo necessário o processo inicial de construção da entidade coletiva. Noutros casos, há uma organização formal incipiente e é necessário promover avanços que permitam a autonomia do grupo a fim de superar situação como a relatada:

“Ganhamos a cooperativa, mas não sabemos como administrar... o pescador quer ganhar com a cooperativa, mas não quer pagar a taxa cobrada... são muito desconfiados...” (pescador de Iguape falando sobre os problemas da COOPERPESCA).

Cabe salientar que a demanda por informações diversas variou conforme as potencialidades, problemas e conflitos existentes nas comunidades e englobou associativismo, cooperativismo, informação sobre manejo sustentável de espécies vegetais e animais, gestão de negócios em pesca, artesanato e ecoturismo. Para reforçar a qualidade no recebimento da informação, houve também a demanda

de troca de experiências com outros grupos, de maneira a possibilitar a visualização de iniciativas que estão sendo realizadas por comunidades semelhantes às suas em outras regiões.

Durante as reuniões, após visualizarem que os problemas enfrentados eram similares em todas as comunidades integrantes de cada núcleo, e juntos, terem transformado essa demanda em tema, a maioria dos grupos prioritários percebeu a enorme importância da participação efetiva nos espaços públicos pertinentes (reuniões em conselhos municipais, audiências públicas para construção dos Planos Diretores, reuniões dos conselhos gestores das UCs) que garanta o controle social nas tomadas de decisão sobre temas que envolvam o meio ambiente, infraestrutura e serviços públicos e que afetem direta ou indiretamente a sua qualidade de vida.

Apesar do resultado do diagnóstico participativo no litoral sul indicar que os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural ainda não são percebidos pelos participantes, as ações do PEA-SP são necessárias em razão: (i) do alto número de sujeitos prioritários que mantém viva a tradicionalidade, visto as relações sociais e de trabalho existentes; (ii) do alto grau de dependência dos recursos naturais; (iii) da condição de vulnerabilidade socioambiental (iv) do baixo nível de organização social para manusear os instrumentos da gestão ambiental pública do seu entorno; v) do impacto econômico gerado pela arrecadação de *royalties* pelos municípios da região.

As propostas dos projetos do PEA-SP deverão seguir em duas direções essenciais:

1. Fortalecer a organização social para que os grupos sociais possam de forma qualificada intervir e atuar em espaços públicos (reuniões, audiências, fóruns de discussão, conselhos) de maneira que suas reivindicações, seus direitos e potenciais sejam considerados e atendidos.
2. Fortalecer a organização social para consolidação dos arranjos produtivos da pesca, extrativismo vegetal, agricultura familiar e turismo, focado na disseminação da cultura local.

É importante que o processo se inicie com o fortalecimento das principais organizações locais o que contribuirá para o *empoderamento* dos atores na gestão e ordenamento territorial e marítimo. Faz-se necessário que haja articulação entre as ações a serem trabalhadas com os diferentes grupos sociais, e que as mesmas sejam adequadas de acordo com o perfil, as relações sociais estabelecidas entre eles e o arranjo produtivo.



Obrigada Sr. Luiz, este trabalho se deve a pessoas que como o senhor mesmo disse, *“mal sabem segurar um lápis”*, mas que foram capazes de fazer valer seus direitos de cidadãos.

VII – PROFISSIONAIS QUE CONDUZIRAM O PEA-SP - LITORAL SUL

Quadro VII-1 Perfil dos profissionais que conduziram do diagnóstico participativo do PEA-SP – Litoral sul

Nome	Perfil do profissional	Função
Sueli H. Kakinami	Bióloga com especialização em Saneamento Básico e Mestre em Ciências da Engenharia ambiental. Experiência de 21 anos em atividades de licenciamento ambiental e programas de educação ambiental, comunicação social e comunidades tradicionais.	Coordenadora geral
Claudiana Vieira Soares	Engenheira Agrônoma com Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável. Experiência profissional de 12 anos em atividades com comunidades tradicionais.	Coordenadora Litoral Sul
Raquel Colombo Oliveira	Bióloga, com experiência profissional de 4 anos nas áreas de Licenciamento Ambiental e Educação Ambiental em comunidades de área rural e urbana.	Coordenadora Litoral Centro-Sul
Luciana Calvo Dorta	Relações Públicas com especialização em Educação Ambiental. Tem experiência em programas de educação ambiental e comunicação social com comunidades rurais e urbanas afetadas por empreendimentos em licenciamento.	Técnico de campo

Nome	Perfil do profissional	Função
Renata Martinês Datrino	Socióloga, mestre em Ciências Sociais. Tem experiência em comunicação estratégica socioambiental para PETROBRAS/Unidade RPBC-Cubatão/SP e no desenvolvimento de trabalhos na área de comunicação socioambiental, licenciamentos ambientais e relacionamento comunitário.	Técnico de campo
Jorge Antonio Cardoso	Estudante de Engenharia Ambiental. Caiçara da Ilha do Cardoso. Tem experiência no relacionamento com comunidades pesqueiras no litoral do Estado de São Paulo.	Agente local
Antonio Carlos Carneiro	Técnico em Telecomunicações, Caiçara de Iguape. Tem experiência no relacionamento com comunidades pesqueiras do município de Iguape.	Agente local
Cintia Yuri Yariwaque	Artesã. Tem experiência no relacionamento com comunidades pesqueiras e grupos de artesãos do município de Ilha Comprida.	Agente local
Adriana de Souza de Lima	Monitora Ambiental. Caiçara da comunidade do Guaraú, Peruíbe. Tem experiência no relacionamento com comunidades caiçaras da ESEC Juréia Itatins.	Agente local

VIII - BIBLIOGRAFIA

AMBIENTE BRASIL. *Principais acidentes com Petróleo e Derivados no Brasil*. 2012. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/energia/acidentes_ambientais/principais_acidentes_com_petroleo_e_derivados_no_brasil.html. Acessado em outubro de 2012.

AMORIM, M. S. S. Cidadania e Participação Democrática. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, UFSC, Florianópolis, 2007.

ÂNGELO, S. e SAMPAIO, P. de A. Políticas públicas, agricultura e desmatamento no vale do rio Ribeira de Iguape. In: *Políticas públicas, agricultura e desmatamento no Brasil* – Estudo de Caso n. 5. Instituto de Pesquisas Ambientais, 1995.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Royalties*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/?pg=9080>. Acessado em outubro de 2012.

BAILEY, K. D. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 1982.

BECEGATO, J.L. & SUGUIO, K. Impacto Ambiental Antrópico na APA (Área de Proteção Ambiental) da Ilha Comprida (SP): da pré-história à atualidade. *Revista UnG – Geociências*. V.6, N.1, 2007, 107-117

BERNARD, H.R. *Research methods in cultural anthropology*. Newbury Park: Sage Publications, 520 p. 1988.

BRETON, Y. et al. In: Diegues, A.C. Mobilização de Pescadores e Política Municipal em São Sebastião. *Enciclopédia Caiçara. Volume 3. O Olhar Estrangeiro*. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Bolsa Família. 2012*. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/bolsa_familia/index.asp. Acessado em outubro de 2012.

CALVENTE, M. Del C. M. H. *Turismo, Identidade Territorial e Desterritorialização: Do Território do Azul-Marinheiro ao Novo Senhor do Curral*. Pesquisa de Pós-Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH, Universidade de São Paulo, 224p. 2012.

CALVENTE, M.C. Ilhabela: Turismo e Território. In. *Geografia*, Londrina, v.8, n.1: 29-36. 1999.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 376p. 2001.

CARAGUATUR. *EIA/RIMA sobre perfuração marítima na Bacia de Santos é tema de audiência pública em Caraguá*. 2012. Disponível em: <http://caraguatur.wordpress.com/2012/07/16/eiarima-sobre-perfuracao-maritima-na-bacia-desantos-e-tema-de-audiencia-publica-em-caragua/>. Acessado em outubro de 2012.

CARDOSO, E. S. Trabalho e Pesca - Apontamentos para a investigação. *Revista Pegada Eletrônica* (Online), v. 10, p. 1-14, 2009.

CARDOSO, E. S. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH, Universidade de São Paulo (Tese de doutorado). 143p. 2001

CATIVAR – *Cooperativa de Assessoria Técnica Integral do Vale do Ribeira*. s/d. Disponível em: <http://www.cativar.com.br/texto.htm>, Acessado em outubro de 2012.

CAUS-JÚNIOR, C. *Breve estudo sobre a situação fundiária e registrária da Comarca de Iguape-SP*. Oficial de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Iguape-SP. 2010.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Mapa de destinação de resíduos urbanos*. 2011. Disponível: <http://www.cetesb.sp.gov.br/residuos-solidos/residuos-urbanos/7-mapa---destinacao-de-residuos-urbanos>. Acessado em outubro de 2012.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Inventário Estadual de Resíduos Sólidos*. 2011. Disponível:

<http://www.cetesb.sp.gov.br/solo/publicações-e-Relatórios/1-Publicações-/Relatórios>. Acessado em outubro de 2012.

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. *Qualidade das praias litorâneas no estado de São Paulo 2011*. (Série Relatórios / CETESB, ISSN 0103-4103, 2012.

CBH-RB (CBH-RB Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul). *Plano Diretor de Recursos Hídricos da unidade de Gerenciamento n. 11*. Plano de Bacia da UGRHI-11 – 2004-2011. FUNDESPA; FEHIDRO. Registro. 2008.

CBH-RB (CBH-RB Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul). *Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento n. 11: Ano-Base 2010*. 2011

COELHO, V.S.; FAVARETO, A.; GALVANEZZE, C.; MENINO, F. *Fóruns participativos e desenvolvimento territorial no Vale do Ribeira (Brasil)*. 2006. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/0537-005326-cebraprimisp7abril1.pdf>. Acessado em outubro de 2012.

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/>. Consulta realizada em Outubro de 2012.

COSTA-PINTO, A.B. & SORRENTINO, M. Trabalhos coletivos e Educação Ambiental para a Participação: uma parceria com moradores de Pedrinhas, Ilha Comprida/SP. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, vol 08, 2002. <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea>. Acessado em outubro de 2012.

CPLA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Complexo Estuarino Cananeia-Iguape. 2012. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/complexo-estuarino-cananeia-iguape/>. Acessado em outubro de 2012.

CRUZ, R.C.A. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo, Roca, 2007.

CUNHA, L. H. de O. Conhecimento e práticas tradicionais. *Seminários Interdisciplinares: Paisagem e Cultura Caiçara*. São Paulo, (NUPAUB/USP). 2001.

DIEGUES, A.C.S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 287p. 1983.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R.S.V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 176p. 2001.

DIEGUES, A. C. S. *O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população*. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>. Acessado em outubro de 2012.

DIETZ, D. A. *Influência das Organizações Sociais no Modelo de Desenvolvimento Local: O Desenvolvimento a partir da Comunidade de Pescadores Profissionais Artesanais de Tramandaí – RS* – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

FUNASA. 2012. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/suestsp-realiza-reuniao-de-planejamento-e-visita-comunidades/> Acessado em outubro de 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acessado em outubro de 2012.

FURLAN, S. A. *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião – SP)*. São Paulo. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia/FFLCH, Universidade de São Paulo. 2000.

GUIA DE IGUAPE. *Desastre ambiental pode atingir berçário marinho de Cananeia, alerta pesquisa do Valo Grande e Mar Pequeno*. 2011. Disponível em: http://www.guiadeiguape.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=358:desastre-ambiental-pode-atingir-bercario-marinho-de-cananeia-alerta-pesquisa-do-valo-grande-e-mar-pequeno&catid=69:espaco-ilha-comprida&Itemid=196. Acessado em outubro de 2012.

HOGAN, D. J. et al. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (SP): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. In: HOGAN, D. J. et al (orgs.). *Migração e meio ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000. p. 385-410.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. Trabalho adaptado de um dos capítulos a tese de doutorado do primeiro autor, *Desatando os Nós: Associativismo Civil, Democracia e Empoderamento na Colônia de Pescadores de Matinhos, Paraná*. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC, Florianópolis, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia. *Censo 2010*. Disponível: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=35>. Acessado em outubro de 2012.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES. 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acessado em outubro de 2012.

ICMS Ecológico. 2012. Disponível em:
<http://www.icmsecologico.org.br/> . Acessado em outubro de 2012.

IIZUKA, E.S.; GONCALVES-DIAS, S.L.F. & AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida - São Paulo. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2011, vol.9, n.3, pp. 748-779. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Orientações pedagógicas para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural*. CEGPEG/IBAMA. Rio de Janeiro. 2005.

INSTITUTO DE PESCA. Disponível em:
<http://www.pesca.sp.gov.br/default.php>. Acessado em outubro de 2012.

ITESP. 2002. *Relatório Técnico-Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia –SP*. São Paulo, Brasil: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.

ITESP. *Relatório Técnico-Científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo de Morro Seco/ Iguape-SP*. 2006. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Morro_Seco.pdf. Acessado em outubro de 2012.

JORNAL REGIONAL – VALE DO RIBEIRA. *Ação Integrada. Projeto formatará o Circuito Turístico do Vale do Ribeira*. Disponível em: <http://regionaljornal.blogspot.com.br/2012/10/acao-integrada-projeto-formatara-o.html>. Acessado em outubro de 2012.

LAYRARGUES, P. P. *Educação para Gestão Ambiental: A Cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. 1998. Disponível em: www.scielo.org/php/index.php. Acessado em outubro de 2012.

LEITE, I.B. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses Atuais. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(3):424 setembro-dezembro/2008 - UFSC, 2008.

LOUREIRO, C.F.B. & CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, v. XI, n.2: 237-253. 2008.

LOUREIRO, W. ICMS Ecológico, *A oportunidade do Financiamento da Gestão Ambiental Municipal no Brasil*, (s/d). disponível em: http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=68. Acessado em outubro de 2012.

LUCHIARI, M.T.D.P. *O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. Campinas. Tese de doutorado – UNICAMP – SP. 1999.

MARINHO, M.A. & ANGELO FURLAN, S. Gestão compartilhada e comunitária em áreas protegidas: reflexões no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil). *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, Costa Rica II Semestre 2011. pp. 1-16. 2011.

MENDONÇA J.T. *Gestão dos Recursos Pesqueiros do Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia-Iguape-Ilha Comprida, Litoral Sul de São Paulo, Brasil*. Tese de Doutorado, PPGERN, Universidade Federal de São Carlos. 525p. 2007.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Dia Mundial das Zonas Úmidas 2007 - Pesca para o futuro?*. 2007. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao29112010050729.pdf. Acessado em outubro de 2012.

MOREIRA JUNIOR, W. Considerações sobre a cadeia produtiva do pescado artesanal na Baixada Santista – SP. In: *Cadernos CERU*, série 2, v.21, nº1, junho de 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E. & NAREZI, G. O agroturismo familiar em Cananéia, no Vale do Ribeira/SP: multifuncionalidade da agricultura em questão, *VII Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Turismo Rural e Agricultura Familiar: Iniciativas e Inovações, Porto Alegre: UFRGS. 2010.

MOURÃO, F. A. A. *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. 1971.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). *Pesca Artesanal*. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acessado em outubro de 2012.

NASCIMENTO Jr., D.R. et al. Evidências diretas de mais de 130 anos de mudanças morfológicas e sedimentológicas no entorno da extremidade NE da barreira de Ilha Comprida, SP. São Paulo. *Geologia-USP - Série Científica* 8 (1), 25-39. 2008.

NUNES, M. *Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 152p + anexos. 2003.

O EMPREITEIRO. 2012. Disponível: http://www.oempreiteiro.com.br/Publicacoes/11661/Sao_Paulo_quer_universalizar_servicos_ate_2020.aspx. Acessado em outubro de 2012.

OLIVEIRA, V. G. *Educação ambiental e manejo de recursos naturais em área de proteção ambiental: o caso dos extratores de samambaias da Ilha Comprida – São Paulo*. Tese (Mestrado em Recursos Florestais) – Universidade de São Paulo – USP. Piracicaba, 2003. 104 p.

PAES, S.R. *Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara. Araraquara*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UNESP/F.C.L. 115p. 1998.

PAOLIELLO, R. M. As Comunidades Tradicionais no Vale do Ribeira: da “reprodução camponesa” às re-significações dos patrimônios territoriais. *Agrária*, São Paulo, n. 3, pp. 58-82, 2006.

PASINATO, R.; RETTL, K. Desenvolvimento local sustentável: a contribuição das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. In: *Saúde nos quilombos. São Paulo*: Instituto de Saúde – SESSP, São Paulo: GTAE – SESSP, 2009.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA DE CANANEIA. *Pastoral dos Pescadores da Paróquia São João Batista*. Disponível: <http://paroquiasaojoaobatistadecananeia.blogspot.com.br/2010/08/pastoral-dos-pescadores.html>. Acessado em outubro de 2012.

PETIÇÃO PÚBLICA. *Abaixo-assinado contra a violação dos Direitos Humanos e Culturais das Comunidades Tradicionais Caiçaras da Juréia*, realizada pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo com financiamento do BID, 2012. Disponível: <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N15170>. Acessado em outubro de 2012.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 476p. 1998.

ROMÃO, D.A. (Org.). *Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.

SABESP. *Projeto Onda Limpa*. Disponível em: http://www.saneamento.sp.gov.br/crbst_3.html 2012. Acessado em outubro de 2012.

SALDANHA, I. *Espaço, Recursos e Conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba em Iguape/ SP*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras/USP. 2005.

SCATAMACCHIA, M. C. M. *Os primeiros habitantes do baixo vale do Ribeira*. Enciclopédia Caíçara, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, 2004.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M. & CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambient. soc.*, n.10, pp. 129-136. 2002.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: www.seade.gov.br. Consulta realizada em outubro de 2012.

SEBRAE. s/d. Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo Disponível em: <http://antigo.sp.sebrae.com.br/principal/sebrae%20em%20a%C3%A7%C3%A3o/pdtr/default.aspx>. Acessado em novembro de 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SMA. 2012. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/>. Acessado em outubro de 2012.

SILVA, J. L. & FERREIRA, P. A. *O caso do Parque Estadual Ilha do Cardoso – PEIC: os desdobramentos de uma unidade de conservação na perspectiva dos moradores tradicionais*. CEGeT. 2011. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAI/XII/GT1/COMPLETOS/GT1/18-%20Jessica%20de%20Lima%20Silva%20e%20Philipe%20Andrade%20Ferreira.pdf>. Acessado em outubro de 2012.

SILVA, N.J.R & GRAÇA LOPES, R. Plano de Extensão Rural e Pesqueira para o litoral paulista. Instituto de Pesca In: *Série. Relatórios Técnicos*, São Paulo. n.44:1-53. ISSN 1678-2283.2010

STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Petrobras indenizará pescadores por vazamento de nafta na baía de Paranaguá*. 2012. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&mp.texto=104746. Acessado em outubro de 2012.

THIOLLENT, MI. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 7 ed. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). 108 p. 1996.

TSALIK, S., SCHIFFRIN, A. *Reportando o Petróleo: Um Guia Jornalístico sobre Energia e Desenvolvimento*, Open Society Institute, New York. 2005.

WIECZOREK, A. *Mapeamento de sensibilidade a derramamentos de petróleo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC e áreas do entorno*. Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 157p. 2006.

IX - RESPONSÁVEL TÉCNICO

A descrição do responsável técnico pelo projeto está descrita no Quadro VII-1 a seguir:

Quadro IX-1 - Responsável Técnico pelo projeto

NOME	Sueli Harumi Kakinami
ÁREA PROFISSIONAL	Ciências Biológicas
REGISTRO PROFISSIONAL	CRBio 14.450-1/D
CADASTRO IBAMA	325015
ASSINATURA	